



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, no prédio do Palácio Municipal Serapião Ramos, situado na Avenida João Pessoa, nº 33, Centro, foi realizada a Décima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão, sob a presidência do vereador Greison Ribeiro Araújo e com a Mesa Diretora composta pelos vereadores: Francisco Eraldo Silva Oliveira (Vice-Presidente), Marilene de Sousa Jerônimo Apoliano (Primeira-Secretária), e os demais vereadores: Anne Karolline da Conceição Santos, Antônia Hermenegilda Canuto, Arlete Oliveira Nunes, Eleonilson Nascimento Gomes, Eliseu Araújo de Sousa, Marineide Lisboa dos Santos, Dr. Raimundo Nonato Moraes Salazar e Rafael Luna Dantas da Silva. Sob a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a presente Sessão Ordinária. O presidente Greison solicitou à primeira-secretária que realizasse a leitura do Edital de Convocação nº 016/2026. Logo em seguida, o presidente Greison informou que colocaria em votação a **Ata da Décima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão**. O presidente solicitou que os vereadores favoráveis permanecessem como estavam, os contrários se levantassem e os que se abstivessem levantassem a mão. A referida Ata foi **APROVADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS**. Sem mais para o momento, o presidente Greison deu início ao Pequeno Expediente.

PEQUENO EXPEDIENTE

O vereador Eraldo Oliveira solicitou a dispensa do Pequeno Expediente, tendo em vista que haveria um longo dia de trabalho. O presidente Greison Ribeiro colocou em votação o pedido de dispensa apresentado pelo vereador Eraldo. Em seguida, solicitou que os vereadores favoráveis permanecessem como estavam e que os contrários se levantassem. O pedido de dispensa foi **APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS**. Logo em seguida, o presidente Greison solicitou à primeira-secretária que realizasse a leitura do Ofício nº 47/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social. O convidado Ivan Sales cumprimentou os presentes e declarou que aquele momento era iniciado com grande respeito e senso de responsabilidade, destacando a importância da conscientização e do fortalecimento da rede de proteção às crianças e adolescentes dentro da campanha Maio Laranja, mês dedicado ao combate ao abuso e à exploração sexual infantil. Ressaltou que o plenário da Câmara Municipal de Vereadores se transformava em um espaço de diálogo, compromisso e união entre instituições que atuam diretamente na defesa da infância e da adolescência. Destacou ainda que o Maio Laranja representa um chamado à conscientização, à prevenção e à coragem de romper o silêncio diante de qualquer forma de violência contra crianças e adolescentes. Na ocasião, registrou e agradeceu a presença da Secretaria Municipal de Assistência Social, representada pela secretária Samara Ramos, juntamente com toda



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

a equipe do CRAS e CREAS. Também registrou a presença do Conselho Tutelar Municipal, do Ministério Público, da Secretaria de Educação, do Tribunal de Justiça, da Polícia Civil, da Polícia Militar e de representantes religiosos. Ivan Sales também expressou gratidão ao Poder Legislativo Municipal, na pessoa do presidente da Casa, Greison, conhecido como Greison do Birino, pela disponibilidade e sensibilidade em ceder o espaço para a realização de um diálogo considerado necessário e importante para a sociedade. Ao final, convidou o pastor Gilmar Rocha para conduzir o momento de oração. **O pastor Gilmar Rocha** cumprimentou a todos com a paz do Senhor e manifestou satisfação em participar daquele momento, destacando a presença do presidente Greison. Em seguida, estendeu suas saudações e seu abraço aos presentes e direcionando seus cumprimentos a toda a população de São Luís Gonzaga. Informou que havia assumido, há pouco mais de um mês, a presidência da Assembleia de Deus no município de São Luís Gonzaga. Pediu desculpas por se alongar em sua fala, ressaltando que havia recebido a oportunidade de realizar a oração, mas aproveitaria também para reafirmar seu compromisso com as causas sociais. Destacou que sempre trabalhou ao lado do Conselho Tutelar e das secretarias municipais na cidade de Bom Lugar, onde residia anteriormente, e declarou aos vereadores e demais presentes que pretendia conhecê-los melhor, reconhecendo a importância da luta em prol das crianças, dos adolescentes e da garantia de seus direitos. O pastor Gilmar Rocha afirmou ainda ser um militante do bem, atuando em favor da preservação e da conservação dos valores morais, sociais e educacionais. Ressaltou que tudo aquilo que estivesse ao alcance da Assembleia de Deus, sob sua liderança, estaria à disposição para colaborar com ações voltadas à proteção da criança e do adolescente. Também mencionou a atuação dos co-pastores Pereira e Nonato, com os quais trabalha na condução da igreja no município. Deixou claro, de forma objetiva, que a igreja estaria disponível para apoiar iniciativas e eventos relacionados às ações em defesa das crianças e adolescentes, colocando o templo da Assembleia de Deus à disposição da sociedade. Afirmou que, para ser breve, gostaria apenas de citar um versículo da Bíblia Sagrada, localizado em Romanos, capítulo 13. Continuando sua fala, o pastor Gilmar Rocha dirigiu-se aos vereadores, autoridades e demais pessoas que acompanhavam a sessão naquela manhã, ressaltando que todos os que exercem autoridade devem lembrar que atuam com uma responsabilidade concedida por Deus e, por isso, devem fazer bom uso dela em benefício da população. Declarou que, apesar de ser inicialmente um forasteiro entre os presentes, pretendia adaptar-se e trabalhar de forma unida com todos em prol das causas que estavam sendo destacadas naquela manhã, especialmente em defesa das crianças e dos adolescentes. Em seguida, convidou os presentes para um momento de oração, destacando que aquele encontro, que estava sendo transmitido, representava um símbolo de bênção e de agregação de valores para a cidade. Ressaltou que a mensagem era destinada tanto aos presentes quanto àqueles que acompanhavam a transmissão em qualquer lugar. Antes da oração, pediu desculpas por não ter mencionado anteriormente o diácono André Carneiro, a quem se referiu como um amigo e irmão que sempre o



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

acompanhava nesses momentos. Convidou todos para orarem em nome do Senhor Jesus. O pastor Gilmar Rocha agradeceu pelo espaço concedido e pediu permissão para se retirar, informando que possuía outros compromissos durante a manhã. Ao final, agradeceu pela boa acolhida recebida, em nome de Jesus. **O senhor Ivan Sales** convidou o sargento Nadson para se fazer presente juntamente com os demais participantes, representando a Polícia Militar, a fim de deixar sua mensagem e realizar um momento de oração. Em seguida, também convidou a irmã Francisca, representando a Igreja Católica. **A irmã Francisca** cumprimentou a todos e manifestou alegria em participar mais uma vez do momento, representando a Igreja Católica. Informou que o padre Sidney não pôde estar presente e, por esse motivo, solicitou que ela viesse representar a igreja naquela ocasião. Destacou que a Igreja Católica sempre abraçou a campanha e afirmou que também se considera militante da causa em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, bem como da proteção da infância. Ressaltou ainda que é necessário manter atenção e foco constantes nessas questões, por se tratar de uma problemática silenciosa, delicada e que exige de todos grande sensibilidade. Ao final, afirmou que a sociedade precisa estar cada vez mais preparada e sensibilizada para atuar na proteção das crianças e adolescentes. **O vereador Dr. Raimundo Salazar** destacou a importância de gerar e fortalecer uma rede de proteção às crianças e adolescentes. Informou que assumiu o compromisso de visitar as escolas sempre que fosse convidado, com o objetivo de dialogar sobre o tema e conscientizar os jovens acerca da importância da orientação adequada. Ressaltou que muitos adolescentes acima de 14 anos já iniciam a vida sexual sem a devida orientação, o que exige maior atenção e trabalho preventivo por parte da sociedade e das instituições responsáveis. Também destacou a necessidade de discutir métodos contraceptivos, afirmando que os métodos oferecidos por via oral, muitas vezes, apresentam pouca adesão, já que nem sempre são utilizados corretamente. Segundo ele, essa baixa adesão pode resultar em gravidez indesejada e comprometer o futuro de muitos jovens. Ao final, solicitou a companhia e o apoio de todos os representantes presentes durante suas visitas e ações nas escolas, agradeceu pelo espaço concedido e desejou um bom dia a todos. **O vereador Eleonilson Gomes** cumprimentou todos os vereadores, vereadoras, o público presente e os demais segmentos da sociedade. Saudou os representantes do Ministério Público, mencionando Cláudio e a Dra. Érica, estendendo também seus cumprimentos às demais pessoas presentes na Câmara Municipal. Destacou inicialmente a atuação da equipe do CRAS, que estava apresentando à sociedade gonzaguense um tema considerado de grande importância: a campanha Maio Laranja. Ressaltou que a campanha não era novidade, tanto para os parlamentares quanto para parte da sociedade de São Luís Gonzaga, mas afirmou que, mesmo assim, era necessário tratar do assunto todos os anos, ou até mais vezes durante o ano, devido à relevância do tema. Segundo o vereador, apesar de a campanha já ser conhecida, o assunto acaba caindo no esquecimento de muitas pessoas e de diversos segmentos da sociedade. Afirmou que o Maio Laranja não foi criado apenas para preencher o calendário, mas



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

surgiu da necessidade de a sociedade brasileira reconhecer a gravidade dos crimes de abuso e exploração sexual infantil, os quais, segundo ele, muitas vezes acontecem nos bastidores, exigindo que a sociedade tome conhecimento e adote medidas de enfrentamento. Também destacou que, devido à importância do tema, foram criadas ações em âmbito nacional, mencionando a Lei nº 14.432/2022. Relatou ainda que já participou de inúmeras campanhas em São Luís Gonzaga, mas observou que a sociedade costuma voltar sua atenção ao tema apenas no dia das ações promovidas pela Secretaria de Assistência Social, pelo CRAS e pelas demais secretarias envolvidas. Afirmou que não percebe a continuidade da campanha nas escolas, na Câmara Municipal ou nas igrejas, destacando que essa ausência de continuidade é algo que tem sido observado ao longo do tempo. Continuando sua fala, o vereador Eleonilson destacou a necessidade de chamar a atenção da sociedade para a gravidade do tema, afirmando que a população precisa levar a questão a sério, sob pena de acabar se tornando colaboradora ou participante indireta dos crimes que ocorrem diariamente em toda a sociedade brasileira. Ressaltou que São Luís Gonzaga não é diferente dessa realidade. O parlamentar mencionou a fala do vereador Dr. Raimundo Salazar, destacando que é dever da família, do Estado, dos entes federativos e de todos os segmentos da sociedade cuidar e zelar pelas crianças e adolescentes. Segundo ele, muitas situações acontecem diante dos olhos da sociedade sem que providências sejam tomadas, muitas vezes pela expectativa de que apenas a Justiça ou autoridades específicas tenham força para agir. Como exemplo, citou eventos realizados no município, especialmente aqueles com paredões de som, afirmando que, em muitos casos, há mais adolescentes presentes do que adultos. Destacou que essa realidade pode ser observada em diversos eventos promovidos na cidade e ressaltou que falava da realidade local por morar, habitar e representar a população de São Luís Gonzaga. Eleonilson afirmou ainda que não adianta apontar problemas de outras localidades enquanto a própria sociedade deixa de enxergar situações preocupantes dentro do município. Reconheceu também as dificuldades enfrentadas pelos órgãos de proteção e segurança, destacando que o contingente das polícias Civil e Militar é reduzido, assim como o número de conselheiros tutelares, o que considera insuficiente para atender adequadamente às demandas da população. Segundo o vereador, não é possível cobrar integralmente ações do Conselho Tutelar ou das forças policiais sem reconhecer as limitações estruturais existentes. Citou, inclusive, que, se não estivesse enganado, apenas dois policiais atuavam diariamente no atendimento à sociedade de São Luís Gonzaga. Diante desse cenário, defendeu a união das forças e da boa vontade de todos os segmentos sociais presentes, mencionando representantes das igrejas, do candomblé, do CREAS, do CRAS, da educação, da Polícia Militar e da Polícia Civil. Sugeriu ainda a criação de um conselho municipal com representantes desses diversos segmentos, a fim de promover ações de combate, fiscalização e melhoria no atendimento às crianças e adolescentes. Ressaltou que muitas vezes a sociedade somente se sensibiliza quando um caso grave chega à Justiça e ganha repercussão, momento em



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

que todos demonstram indignação, embora, em muitos casos, a situação pudesse ter sido evitada anteriormente. O vereador Eleonilson destacou a importância do trabalho realizado pelos agentes de saúde, afirmando que esses profissionais visitam diariamente as famílias e, muitas vezes, conseguem observar situações de vulnerabilidade social. Ressaltou que, ao identificarem possíveis problemas, os agentes não precisam tomar partido diretamente, mas podem comunicar aos órgãos competentes para que uma equipe realize visitas e acompanhe as famílias em situações delicadas, como casos de alcoolismo ou outras dificuldades sociais. Ao concluir sua manifestação, afirmou que a campanha e o projeto apresentados são de grande importância e parabenizou toda a equipe presente e envolvida na ação. No entanto, ressaltou que os profissionais diretamente ligados à campanha não devem ser os únicos responsáveis pelas ações, fiscalização e coordenação do trabalho, defendendo que toda a sociedade precisa despertar seu interesse e se colocar mais à disposição para colaborar. Nesse sentido, destacou que a própria Câmara Municipal pode contribuir de maneira efetiva com a campanha. Dirigindo-se ao presidente da Casa, sugeriu que o Poder Legislativo buscasse formas de apoiar e participar mais ativamente das ações relacionadas ao tema, não apenas para compor números ou formalidades, mas para garantir a efetivação das ações planejadas. O vereador também se colocou à disposição para colaborar como amigo, pai, representante do Poder Legislativo, professor e cidadão de São Luís Gonzaga. Demonstrou acreditar que os demais vereadores igualmente não se furtariam ao compromisso e à responsabilidade de auxiliar os órgãos e equipes presentes na melhoria do trabalho de fiscalização e combate à exploração contra crianças e adolescentes no município. Ao final, agradeceu a todos pela atenção.

O vereador Dr. Raimundo Salazar, dirigindo-se ao vereador Eleonilson, destacou a importância da participação dos professores e profissionais da educação no debate. Durante sua fala, enfatizou a necessidade de discutir a questão da exclusão escolar, afirmando ter observado um número significativo de jovens e adolescentes fora das escolas, situação que, segundo ele, contribui para o aumento das vulnerabilidades sociais. O parlamentar defendeu a realização de ações de busca ativa para reinserir esses jovens no ambiente escolar, sugerindo que esse trabalho pudesse ser intensificado ainda naquele ano ou no ano seguinte. Destacou também a importância da atuação dos agentes de saúde, que realizam visitas periódicas às famílias e podem auxiliar na identificação de casos de evasão escolar. Ressaltou ainda que a ausência da inclusão escolar gera situações de vulnerabilidade e, por isso, o tema precisa ser tratado com prioridade. Em seguida, comentou sobre as siglas CRAS e CREAS, afirmando que muitas pessoas ainda possuem dúvidas sobre seus significados e funções. Inclusive, declarou com sinceridade que ele próprio, por vezes, confunde as duas nomenclaturas. Segundo o vereador, existe até mesmo um movimento que defende a substituição dessas siglas por denominações mais claras, que facilitem a compreensão da população e gerem maior entendimento sobre os serviços prestados. Ao final, voltou a destacar sua preocupação com o grande número de jovens e adolescentes fora das escolas e agradeceu pelo



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

espaço concedido. O vereador Eleonilson retomou sua fala afirmando que precisava concluí-la, mas destacou que o vereador Dr. Raimundo Salazar havia solicitado a palavra em sinal de colaboração e respeito para acrescentar um tema igualmente importante ao debate. Em seguida, comentou sobre a estrutura do CRAS e do CREAS, observando que, embora os órgãos desempenhem funções relevantes para a comunidade, as equipes parecem ser reduzidas diante da grandiosidade das demandas e projetos que precisam desenvolver. Ressaltou que, muitas vezes, os profissionais acabam limitados pela alta demanda e pela quantidade insuficiente de trabalhadores. O vereador defendeu que a administração pública municipal, na pessoa do gestor municipal, deveria ouvir com mais atenção os trabalhadores dessas secretarias e avaliar a possibilidade de ampliar o número de profissionais, proporcionando melhores condições de trabalho. Segundo ele, isso permitiria maior atuação nas comunidades, nas escolas, nos bairros e também uma aproximação mais efetiva com a Secretaria de Saúde, agentes de endemias e agentes comunitários de saúde, favorecendo a troca de informações e o desenvolvimento de ações mais eficientes. Também relatou sua experiência na Escola Luiz Rocha, onde atua prestando serviço. Informou que a instituição atende exclusivamente crianças e adolescentes e afirmou, com sinceridade, que a situação atual preocupa. Segundo ele, as escolas já não possuem condições adequadas para lidar com determinadas situações, principalmente devido ao número reduzido de trabalhadores. Como exemplo, mencionou que a escola conta apenas com dois zeladores e duas merendeiras, quantitativo considerado insuficiente para atender uma unidade escolar de grande porte. Ressaltou ainda que faltam profissionais específicos para auxiliar no acompanhamento e cuidado dos alunos. O vereador relatou um episódio ocorrido recentemente, em que uma criança apresentou comportamento extremamente agitado e saiu correndo pela rua, sendo perseguida pelo vigia da escola. Segundo ele, situações como essa demonstram a complexidade do contexto enfrentado pelas instituições de ensino e geram preocupação entre os profissionais da educação. Lamentou a situação da Guarda Municipal, afirmando que atualmente os agentes estariam exercendo funções de vigilância em determinados locais, enquanto deixaram de realizar rondas nas escolas, na zona rural e nas ruas da cidade, atividade que, segundo ele, era realizada até o ano anterior. De acordo com o vereador, os veículos da Guarda Municipal estariam parados no depósito por questões relacionadas à contenção de gastos com combustível, o que, em sua avaliação, impede que o efetivo disponível atue de forma mais próxima no apoio à Polícia Militar, Polícia Civil e Conselho Tutelar em ações de proteção e segurança. Defendeu que o poder público municipal, juntamente com o prefeito e os vereadores, promova discussões mais aprofundadas sobre essas questões, buscando intervenções que possam melhorar os serviços prestados à população. Ressaltou ainda que a Guarda Municipal poderia contribuir significativamente com a sociedade, especialmente no apoio às demandas relacionadas à proteção de crianças e adolescentes. Continuando sua fala, o vereador Eleonilson manifestou o desejo de que a Secretaria Municipal de Assistência Social e os demais representantes presentes



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026
Adriano

consigam elaborar, ainda naquele ano e também para 2027, um plano mais ousado e efetivo para o enfrentamento e combate aos crimes discutidos durante a sessão. Ressaltou que não basta abordar o tema apenas durante um mês específico ou em ações pontuais ao longo do ano, afirmando que é necessário desenvolver ações contínuas e concretas para que o combate realmente aconteça de forma eficaz. Ao final, destacou que apenas falar sobre o problema não é suficiente sem a implementação de medidas práticas e efetivas, agradecendo em seguida pelo espaço concedido. **A vereadora Marilene Jerônimo** cumprimentou os colegas de plenário, o público presente na galeria, os funcionários da Casa e todas as pessoas que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Destacou a importância do mês dedicado à campanha de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. Ressaltou que todos os presentes haviam abordado problemas alarmantes relacionados à realidade brasileira e afirmou que São Luís Gonzaga também enfrenta situações semelhantes, por fazer parte desse contexto social. Segundo a vereadora, o município possui diversos problemas relacionados às crianças, adolescentes e também à violência contra a mulher. Marilene destacou que, ao analisar os índices relacionados a esses casos, muitas vezes é difícil acreditar que tais situações fazem parte da realidade da sociedade local. Observou ainda que muitos problemas permanecem escondidos dentro das famílias, dificultando que a sociedade tenha conhecimento do que realmente acontece. Falando na condição de educadora, afirmou que o maior desafio enfrentado é a prevenção. Explicou que, muitas vezes, o comportamento das crianças dentro da sala de aula pode indicar que algo não está bem, seja quando o aluno se mostra excessivamente calado ou muito agitado. Segundo ela, ao conversar com essas crianças, frequentemente se descobre que os problemas têm origem no ambiente familiar. A vereadora ressaltou que a responsabilidade também recai sobre as famílias e defendeu a necessidade de trabalhar ações voltadas para elas, como forma de prevenir problemas maiores. Ao final, destacou que a escola também possui importante responsabilidade nesse processo de prevenção e proteção das crianças e adolescentes. Continuando sua fala, a vereadora Marilene destacou que, dentro do ambiente escolar, os alunos frequentemente acabam confiando nos professores e relatando seus problemas. Relatou que, ao longo de sua experiência como educadora, já encaminhou diversos adolescentes e crianças aos órgãos competentes após identificar situações preocupantes. A parlamentar defendeu a necessidade de as escolas contarem com equipes de apoio psicopedagógico, ressaltando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação prevê esse tipo de acompanhamento nas instituições de ensino. Segundo ela, somente professores e gestores escolares, muitas vezes, não conseguem perceber todas as situações enfrentadas pelos alunos, tornando fundamental a presença de profissionais como assistentes sociais, psicopedagogos e psicólogos nas escolas. Marilene afirmou que esses profissionais poderiam atuar tanto no acompanhamento das crianças e adolescentes quanto no apoio às famílias, fortalecendo a parceria entre escola e família, considerada por ela essencial para o enfrentamento dos problemas sociais.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

A vereadora também ressaltou a responsabilidade do poder público e da sociedade civil na proteção das crianças e adolescentes. Destacou que o cuidado não deve ser apenas atribuído a autoridades como vereadores, promotores ou psicólogos, mas deve envolver todos os cidadãos, que também possuem responsabilidade na vigilância e proteção das crianças e adolescentes do município. Segundo ela, os professores possuem um papel importante nesse processo, pois conseguem perceber mudanças de comportamento nos alunos, muitas vezes relacionadas ao medo, às ameaças e ao silêncio diante de situações de violência. Defendeu que o trabalho deve ser realizado com sensibilidade, união e fortalecimento das instituições envolvidas. Marilene enfatizou ainda a importância da união entre Polícia, Ministério Público, Poder Judiciário, Legislativo, Executivo, escolas, famílias, igrejas e Conselho Tutelar para o desenvolvimento de ações contínuas de prevenção, e não apenas durante o mês de maio. Também destacou o papel do Conselho Tutelar na realização de ações preventivas, como palestras e campanhas educativas, afirmando que toda iniciativa de conscientização é válida, mesmo que alcance poucas pessoas inicialmente, pois a informação tende a ser multiplicada. A vereadora observou ainda que muitos órgãos acabam realizando ações apenas para cumprir relatórios institucionais, o que faz com que, após determinados períodos, os temas sejam esquecidos. Para ela, o trabalho preventivo precisa ser diário e constante, inclusive dentro das salas de aula, independentemente da disciplina ministrada, já que temas como violência sexual podem ser trabalhados de forma transversal na educação. Também ressaltou o papel das igrejas, que trabalham diretamente com crianças e adolescentes e podem ajudar na identificação de mudanças de comportamento e sinais de vulnerabilidade. Ao final, fez um apelo para que o poder público e a sociedade civil se unam efetivamente em torno do trabalho preventivo, afirmando que a prevenção é o caminho mais importante para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Por fim, agradeceu e parabenizou a equipe da assistência social presente pela realização e condução do debate sobre um tema considerado de grande relevância para o município. **A vereadora Antônio Canuto** iniciou sua fala desejando bom dia a todos os presentes na Casa Legislativa, incluindo vereadores e funcionários, além de dar boas-vindas aos participantes da ação realizada. Destacou a importância da iniciativa, afirmando estar muito satisfeita, pois considera a ação uma grande necessidade para as crianças e adolescentes do município. Ressaltou ainda que o trabalho de proteção e cuidado deve ser responsabilidade de toda a sociedade. Em seguida, a vereadora afirmou que não pretendia acusar as mães, mas alertá-las sobre a importância de acompanharem mais de perto seus filhos, seja na escola, em eventos ou em outros momentos da convivência social. Relatou que mora às margens da MA, em frente à Praça Gonzaga Fortes, local onde crianças e adolescentes aguardam os transportes escolares. Segundo ela, muitas vezes os jovens chegam antes do horário habitual e, ao serem questionados sobre o motivo de terem saído mais cedo da escola, costumam apresentar justificativas que nem sempre parecem convincentes. A parlamentar observou que, em alguns



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

casos, os estudantes alegam dores de cabeça ou atividades diferenciadas na escola, mas ela percebe que muitas vezes o verdadeiro motivo não é revelado. Defendeu que, quando um aluno não se sente bem, o lugar adequado para permanecer é a própria escola, recebendo atendimento ou acompanhamento necessário até o horário de saída, evitando que permaneça sozinho nas ruas. A vereadora também comentou sobre a situação da praça durante a noite, afirmando que atualmente o ambiente melhorou, mas que já houve períodos em que o local representava um verdadeiro terror para crianças e jovens. Recordou que, antigamente, havia paredões de som que causavam grandes transtornos à população, chegando até a estremecer as casas. Segundo ela, as mães precisavam estar constantemente atentas e buscar seus filhos para mantê-los em segurança dentro de casa. Ao falar de sua experiência pessoal, destacou que criou meninas e sempre foi muito preocupada, acompanhando de perto a rotina das filhas, principalmente por causa da situação vivida na praça em tempos anteriores. A parlamentar também ressaltou a importância do papel das professoras na observação do comportamento das crianças e adolescentes, afirmando que mudanças de atitude podem indicar situações de abuso ou outros problemas. Citou ainda a atuação de profissionais da saúde no acompanhamento de jovens que enfrentam gravidez precoce e indesejada. Ela mencionou uma ação realizada pela Dra. Priscila, voltada para doações de kits para gestantes, ocasião em que se deparou com crianças grávidas, situação que classificou como muito triste e preocupante na realidade de São Luís Gonzaga do Maranhão. Segundo a vereadora, casos assim acontecem com frequência no município. Encaminhando-se para o encerramento de sua fala, afirmou que não se alongaria porque ainda havia muitos assuntos importantes para serem tratados na sessão. Reforçou, porém, que a responsabilidade pela proteção das crianças e adolescentes não é apenas da promotoria, dos assistentes sociais, do CRAS ou de outros órgãos específicos, mas de toda a sociedade. Por fim, destacou a importância do trabalho dos agentes comunitários de saúde, afirmando que eles são grandes parceiros nessa causa, pois visitam regularmente as famílias e podem observar de perto a realidade vivida em cada lar. A vereadora encerrou agradecendo a atenção de todos e deixando seu muito obrigado. **O presidente Greison**, após o encerramento realizado pelo cerimonialista, iniciou sua fala agradecendo a presença de todos os participantes. Cumprimentou os representantes da Polícia Militar, do Ministério Público, do CRAS, do CREAS, do Conselho Tutelar e da Secretaria de Assistência Social, citando também a secretária Samara. Destacou que a pauta discutida era de grande importância e afirmou que a Casa Legislativa, sob sua presidência, estará sempre de portas abertas, como sempre esteve, para receber toda a população e os órgãos parceiros. Ressaltou ainda que os presentes deveriam se sentir à vontade, pois considera que a Câmara é a casa do povo e está sempre pronta para atender às necessidades da sociedade. O presidente também agradeceu a presença das representantes das escolas municipais, desejando-lhes sempre boas-vindas e reforçando a importância da participação da educação nas discussões promovidas pela Câmara. Ao encerrar sua fala, agradeceu novamente a todos pela participação,



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
AFROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

pediu que Deus abençoasse a todos e reafirmou que a Casa Legislativa permanecerá sempre à inteira disposição da população e das instituições parceiras. Por fim, declarou encerrado o Pequeno Expediente, que havia sido cedido para a realização das discussões e reflexões relacionadas ao mês de maio. Logo em seguida, o presidente Greison informou que daria prosseguimento aos trabalhos da sessão e solicitou, antes de passar à próxima pauta, que a primeira-secretária, Marilene Jerônimo, realizasse a leitura do ofício encaminhado pelo senhor João Silva Carneiro. Em seguida, o **senhor João Silva Carneiro** iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes, incluindo o presidente da Câmara, a Mesa Diretora e o público em geral. Dirigiu-se de maneira especial ao Dr. Raimundo Morais Salazar, afirmando que depositou nele seu voto de confiança para representá-lo na Casa Legislativa. Também cumprimentou a vereadora Antônia Canuto, demonstrando satisfação em encontrá-la na sessão. Em seguida, destacou que era a décima vez que utilizava a tribuna da Câmara Municipal. Recordou que esteve no sindicato durante dois mandatos e que, em todas as oportunidades em que fez uso da palavra, sempre buscou reivindicar direitos sociais, não apenas em benefício próprio, mas em defesa de causas coletivas e sociais. Afirmou que, naquela ocasião, não seria diferente, ressaltando que estava ainda mais envolvido com a causa debatida, pois ela abrangia todos os segmentos da sociedade gonzaguense. Segundo ele, quando se fala em trânsito, toda a população está incluída, especialmente em São Luís Gonzaga do Maranhão. O senhor João Silva Carneiro observou que os pedestres do município praticamente não utilizam calçadas, principalmente porque, em muitos locais, elas não existem. Relatou que é comum ver pessoas caminhando no meio das ruas, dividindo espaço com carros, motocicletas, bicicletas e até animais soltos, situação que considera extremamente preocupante. Destacou que diversos vereadores já haviam abordado anteriormente, da tribuna, questões relacionadas aos jovens e adolescentes, tema que, segundo ele, reforçava ainda mais a importância de sua manifestação. Relatou que frequentemente presencia crianças pilotando motocicletas em São Luís Gonzaga, inclusive adolescentes de 10 ou 12 anos conduzindo veículos com os próprios pais na garupa. Diante dessa realidade, afirmou que a Câmara Municipal deveria possuir ou fortalecer leis capazes de coibir esse tipo de irregularidade. Ressaltou que considera essa situação muito grave e defendeu que o problema precisa ser encarado com mais atenção e responsabilidade. O senhor João Silva Carneiro enfatizou que, quando ocorre um atropelamento envolvendo crianças ou adolescentes, muitas vezes já não há mais solução possível além da dor e do sofrimento das famílias. Por isso, reforçou várias vezes a necessidade de prevenção, afirmando que é preciso agir antes que as tragédias aconteçam. Defendeu que o poder público, juntamente com a sociedade, deve lutar constantemente pela conscientização e pela prevenção, destacando que prevenir é uma das medidas mais importantes para evitar acidentes e preservar vidas. Continuando sua fala, o senhor João Silva Carneiro afirmou que observa com frequência diversas situações preocupantes na sociedade gonzaguense, especialmente relacionadas aos animais soltos nas ruas e às crianças



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
AFROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

pilotando motocicletas. Reforçou que é comum ver pais permitindo que filhos menores conduzam motos pelas vias da cidade, chegando inclusive a ensiná-los a pilotar ainda na infância. Diante disso, defendeu novamente que a Câmara Municipal adote medidas mais rigorosas e estabeleça leis mais firmes para proibir esse tipo de prática. Declarou que, em sua visão, crianças não deveriam pilotar motocicletas antes da idade adulta e afirmou que, se tivesse um filho, não permitiria tal situação. O senhor João Silva Carneiro comentou que não pretendia se prolongar em sua fala, pois ainda havia outras pessoas inscritas para utilizar a tribuna. Mesmo assim, enfatizou que considera o problema muito sério e afirmou esperar que outras pessoas deem continuidade ao debate e levem adiante o pronunciamento realizado por ele. Em outro momento de sua fala, passou a abordar questões relacionadas ao avanço da inteligência artificial. Observou que os meios de comunicação e a sociedade têm discutido constantemente o tema e destacou que a inteligência artificial já está presente no cotidiano da população. Demonstrando preocupação, levantou questionamentos sobre a forma como os jovens irão conviver com essa nova realidade tecnológica. Perguntou se a inteligência artificial trará benefícios ou prejuízos para a juventude e se a sociedade atual está preparada para lidar adequadamente com essa transformação. Segundo ele, essas reflexões deveriam ser debatidas por outras pessoas que ainda utilizariam a tribuna, para que pudessem trazer respostas e opiniões sobre o futuro da juventude diante dessa nova tecnologia. O senhor João Silva Carneiro afirmou ainda que gostaria de apresentar outros assuntos, mas decidiu deixar alguns temas para uma próxima oportunidade, para não ocupar muito tempo da sessão. Recordou então sua trajetória de participação nos debates públicos, destacando que aquela era a décima vez que utilizava a tribuna da Câmara Municipal. Acrescentou também que, em outras duas ocasiões, participou de debates por meio da Rádio Jainara, em Bacabal, sendo uma vez presencialmente nos estúdios e outra por telefone. Ao relembrar esses episódios, mencionou que chegou a ser questionado por um radialista sobre o fato de criticar o sindicato ao qual era vinculado. Em resposta, explicou que, justamente por considerar o sindicato como seu, entendia que tinha o dever de apontar erros e cobrar melhorias quando necessário. Ressaltou que se referia especificamente ao sindicato rural e afirmou que, sempre que identificasse problemas, continuaria fazendo críticas com o objetivo de contribuir para mudanças e correções. Também comentou que não sabia se outros diretores sindicais haviam comparecido à tribuna da Câmara tantas vezes quanto ele, mas reforçou que sempre esteve presente para defender suas ideias e reivindicações. Ao encerrar sua participação, agradeceu pelo espaço concedido e pela oportunidade de se manifestar perante a Casa Legislativa e a sociedade presente. **O vereador Dr. Raimundo Salazar** dirigiu-se ao senhor João Silva Carneiro para comentar sobre a importância da solicitação apresentada por ele na tribuna. O parlamentar afirmou que havia conversado há pouco com o presidente da Câmara sobre a relevância do pedido feito, destacando que os problemas relacionados ao trânsito fazem parte da realidade vivenciada diariamente pela população, especialmente no que se refere aos acidentes e



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

à falta de postura e conscientização no trânsito. O vereador comentou que seria importante a presença do sargento Nadson naquele momento para acompanhar a discussão, mas informou que conversaria pessoalmente com ele posteriormente sobre a petição apresentada. Em seguida, explicou que também havia tratado do assunto com o presidente da Câmara, propondo que fosse dado um formato mais adequado e formal ao pedido apresentado pelo senhor João Silva Carneiro. Segundo ele, a intenção seria transformar a solicitação em uma indicação popular ou encaminhá-la formalmente para apreciação do Poder Executivo Municipal. O vereador ressaltou que a medida teria como objetivo garantir maior formalidade ao pedido e possibilitar seu encaminhamento ao prefeito, para que a reivindicação pudesse ser analisada oficialmente. Ao concluir sua fala, parabenizou o senhor João Silva Carneiro pela iniciativa de comparecer à Câmara Municipal para expor suas preocupações e reivindicações, reforçando que ele poderia se sentir à vontade na Casa Legislativa. **O presidente Greison Ribeiro** afirmou que a presença do senhor João Silva Carneiro na tribuna demonstrava a preocupação da população com diversos fatos e situações que vêm acontecendo no município de São Luís Gonzaga do Maranhão. O parlamentar ressaltou que a Câmara Municipal permanece à disposição da população e afirmou que o cidadão poderá utilizar a tribuna da Casa sempre que considerar necessário para tratar de assuntos de interesse coletivo. Em seguida, o presidente retomou um ponto mencionado anteriormente relacionado aos sinais de trânsito existentes no retorno localizado em frente ao portão da igreja. Segundo ele, aqueles sinais possuem caráter de alerta e preservação da vida, sendo fundamentais para a segurança no trânsito. O presidente observou que, quando há veículos respeitando a sinalização naquele local, muitas vezes são automóveis de outras cidades, como Bacabal, Pedreiras, Coroatá ou São Luís. Em contrapartida, destacou que muitos motoristas do próprio município não costumam parar ou respeitar adequadamente os sinais de trânsito existentes. Demonstrando preocupação, questionou por que parte da população local ainda não adota atitudes de respeito às regras de trânsito e afirmou que os próprios moradores deveriam dar exemplo aos visitantes e motoristas de outras cidades. Também reforçou as preocupações já levantadas sobre crianças sendo transportadas em motocicletas e sobre situações de imprudência envolvendo carros e motos. Relatou ainda ter presenciado casos em que veículos não respeitavam a sinalização, mencionando inclusive uma situação envolvendo uma caminhonete *Hilux* parada corretamente no sinal por um promotor de justiça, enquanto outros condutores continuavam desrespeitando as normas. Ao longo de sua fala, o presidente destacou a importância do respeito no trânsito e afirmou que preservar a vida deve ser prioridade para todos. Ressaltou que viver bem começa pelo respeito às regras, às pessoas e à segurança coletiva. Por fim, concluiu sua manifestação fazendo um apelo para que toda a população passe a respeitar mais a vida e as normas de trânsito, agradecendo novamente a participação de todos. **O presidente Greison** solicitou à primeira-secretária da Casa Legislativa que realizasse a leitura do Ofício nº 628/2026, encaminhado pelo superintendente do Tribunal de Contas do Estado



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
AFROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

do Maranhão. Logo em seguida, o presidente Greison informou que também realizaria a leitura do Ofício nº 1380/2026, datado de 20 de maio de 2026, expedido na cidade de São Luís. **O vereador Eleonilson** questionou se a informação apresentada pelo presidente havia sido devidamente compreendida pelos parlamentares, observando que, embora tenha sido possível ouvir a leitura, o conteúdo não ficou totalmente claro. Diante disso, o parlamentar apresentou como sugestão que todo documento de caráter público recebido pela presidência da Câmara Municipal seja transformado em documento impresso e distribuído aos demais vereadores. Segundo ele, essa medida permitiria aos parlamentares um melhor conhecimento do conteúdo, além de possibilitar leitura mais detalhada, maior compreensão e, se necessário, até mesmo alguma intervenção ou manifestação por parte dos vereadores. O vereador ressaltou ainda que sua solicitação se refere especialmente aos documentos de interesse público encaminhados à Casa Legislativa, inclusive aqueles recebidos por meio eletrônico, como e-mails, defendendo que tais materiais sejam compartilhados oficialmente com todos os membros da Câmara Municipal. **O presidente Greison**, na condição de presidente da Casa Legislativa, afirmou que já havia comunicado previamente aos vereadores a respeito do documento mencionado, ressaltando que o ofício possui número e caráter público, sendo de acesso livre a qualquer cidadão. O parlamentar destacou que, após a leitura dos documentos em plenário, caso os vereadores desejem cópia dos mesmos, estas sempre foram disponibilizadas sem qualquer impedimento, afirmando que nunca deixou de repassar tais materiais quando solicitados. Por fim, o presidente reiterou que acolhe a sugestão apresentada pelo vereador, reforçando a disposição da Mesa Diretora em atender às demandas dos parlamentares quanto ao acesso aos documentos públicos da Casa Legislativa. **O vereador Eleonilson** continuou sua manifestação, reforçando a sugestão anteriormente apresentada ao presidente da Casa Legislativa. Ele afirmou que, ainda que determinado documento tenha sido recebido por meio de e-mail pessoal do presidente ou de qualquer outro meio eletrônico, no momento em que é utilizado para leitura em plenário ou na Mesa Diretora da Câmara Municipal, esse documento passa a ter caráter público. Diante disso, o parlamentar reiterou seu pedido, em nome dos demais vereadores, para que o presidente da Câmara possa disponibilizar cópias desses documentos aos parlamentares, inclusive, se possível, antes mesmo de sua leitura em plenário, a fim de garantir maior acesso, transparência e melhor compreensão do conteúdo por todos os vereadores. **O vereador Dr. Raimundo Salazar** dirigiu-se ao vereador Eleonilson, afirmando que já havia feito esse mesmo pedido ao presidente da Câmara Municipal em mais de uma ocasião. O parlamentar declarou que o presidente mencionou ter recebido o documento por e-mail pessoal, porém ressaltou que, na sua avaliação, nenhum documento de caráter pessoal deveria ser lido em plenário, uma vez que o exercício da função de presidente exige tratamento institucional das informações. Segundo o vereador, todo documento recebido no exercício da presidência da Câmara deve ser tratado de forma oficial e institucional, e não pessoal, sendo necessário que seja impresso e disponibilizado



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
AFROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

aos parlamentares para leitura conjunta. Ele acrescentou que o acesso prévio aos documentos permitiria maior participação dos vereadores, destacando que a leitura isolada torna o parlamentar apenas passivo no processo. Por fim, o vereador defendeu que, com o documento em mãos, os vereadores teriam condições de interagir de forma mais ativa e construtiva, solicitando novamente que essa prática seja adotada pela Mesa Diretora. **O presidente Greison** afirmou que, conforme solicitações anteriores do vereador, nunca deixou de atender aos pedidos apresentados pelos parlamentares. Esclareceu que o documento em questão havia acabado de chegar ao seu e-mail e que, ao analisá-lo, entendeu por bem realizar a leitura naquele momento em plenário, considerando a relevância do conteúdo. O presidente destacou que, caso a situação ocorresse em outra gestão, poderia não haver a obrigatoriedade de leitura imediata, uma vez que o documento havia sido encaminhado diretamente ao seu e-mail. No entanto, afirmou que, por iniciativa própria, decidiu comunicar aos demais vereadores. Explicou ainda que o ofício trata de um repasse oriundo da Caixa Econômica Federal e do Governo Federal ao município, informando a realização da construção de uma quadra poliesportiva na cidade. O presidente acrescentou que, embora pudesse ter deixado a leitura para a próxima sessão, optou por apresentá-la imediatamente em razão de sua recente chegada. Afirmou que já está à disposição para providenciar cópia do documento a todos os vereadores que desejarem. O presidente Greison prosseguiu sua fala, afirmando que, em sua avaliação, algumas pessoas acabam tentando fazer politicagem em relação a situações que considera simples. Ressaltou que, segundo ele, esse tipo de postura não contribui para o andamento dos trabalhos da Casa Legislativa. **O vereador Dr. Raimundo Salazar** afirmou que considera inadequada a expressão utilizada pelo presidente da Câmara Municipal em sua fala. **O presidente Greison** respondeu afirmando que a expressão não seria inadequada, mas que desejava ser tratado com respeito pelos vereadores. Ele declarou que, da mesma forma que os parlamentares solicitam acesso a documentos recebidos pela presidência, também deve haver respeito no tratamento das falas e posicionamentos dentro da Casa Legislativa. O presidente acrescentou que o termo "politicagem" é uma expressão forte e reiterou a necessidade de cuidado na forma de se dirigir uns aos outros durante as discussões em plenário. **O vereador Eleonilson** solicitou que o presidente utilizasse a mesma educação que, segundo ele, sempre demonstrou em suas falas e condutas no exercício do cargo. **O presidente Greison** pediu calma durante a discussão, afirmando que não aceitava tentativas de inverter a situação em desfavor de sua fala. O presidente declarou ainda que, em nenhum momento, teve essa intenção, e que já estava prestes a solicitar a retirada de determinadas expressões do registro, a fim de evitar maiores conflitos no plenário. **O vereador Eleonilson** afirmou que o presidente não estaria demonstrando, segundo ele, a devida paciência para ouvir e compreender a solicitação feita por um colega parlamentar. O vereador explicou que o pedido apresentado não se tratava de uma acusação ou de "politicagem", mas sim de uma solicitação para que documentos fossem disponibilizados de forma impressa, permitindo melhor



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
AFROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

conhecimento e análise por parte dos vereadores. Ele reforçou ainda que o objetivo da solicitação era garantir transparência e acesso à informação, destacando que esse procedimento, em sua avaliação, não configura prática política no sentido negativo do termo. **O presidente Greison** afirmou que os vereadores também devem procurar compreender o contexto das situações antes de fazer interpretações. Ele declarou que a insatisfação apresentada não deveria ocorrer apenas pelo fato de não ter sido entregue imediatamente uma cópia do documento, ressaltando que isso não significaria que ele estivesse deixando de cumprir seu papel de presidente da Câmara. O presidente explicou que o documento havia chegado há pouco tempo em seu e-mail e que sua decisão de realizar a leitura em plenário foi tomada por iniciativa própria, no exercício de suas funções institucionais. **O vereador Dr. Raimundo Salazar** questionou o presidente da Câmara Municipal, indagando qual teria sido o termo ofensivo mencionado durante a discussão. O parlamentar dirigiu-se ao presidente solicitando esclarecimento, afirmando que gostaria de saber especificamente qual expressão teria sido considerada ofensiva na fala anterior. **O presidente Greison** afirmou que havia verificado o documento há pouco tempo e realizado a leitura em plenário para os vereadores. Ele acrescentou que os parlamentares poderiam ter solicitado ou sugerido a disponibilização de cópias, o que ele estaria disposto a providenciar. No entanto, ressaltou que a ausência imediata da entrega do documento não ocorreu por falta de vontade de sua parte. O presidente enfatizou que, mesmo sem solicitação prévia formal, demonstrou disposição em compartilhar o conteúdo com os vereadores. **O vereador Eleonilson** afirmou que sua solicitação já havia sido feita anteriormente e que, segundo ele, o pedido do presidente também seria atendido. O parlamentar negou ter ofendido o presidente da Câmara Municipal em qualquer momento, reforçando que não houve, de sua parte, intenção de desrespeito ou ofensa durante a discussão. Logo em seguida, **o presidente Greison** deu início à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO N°007/2026, que solicita a reforma do chafariz da comunidade Santo Américo neste município. **Autora: Marilene de Sousa Jerônimo Apoliano.**

O presidente Greison solicitou à primeira-secretária da Casa Legislativa que realizasse a leitura do Requerimento nº 007/2026, de autoria da vereadora Marilene Sousa Jerônimo. O presidente Greison colocou o Requerimento nº 007/2026 em discussão. **A vereadora Marilene Jerônimo** explicou que seu requerimento trata da situação da comunidade Santo Américo, a qual solicitou a realização de melhorias no local. Relatou que a caixa d'água da comunidade é antiga, assim como a estrutura que a sustenta, afirmando que ambos os equipamentos datam de um período anterior, inclusive mencionado como sendo da época do Dr. Emanuel, o que indica que já possuem muitos anos de uso. Ela destacou que a comunidade solicita ao Poder Executivo a reforma dos chafarizes da comunidade Santo Américo, devido às condições atuais das estruturas. Ao final, a vereadora



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29 / 05 / 2026

[Assinatura]

formalizou seu pedido e solicitou aos demais parlamentares que votem favoravelmente ao requerimento apresentado. **O presidente Greison**, antes da fala da vereadora Neide, informou que já havia aberto o espaço para as manifestações. Destacou a questão do horário da sessão, esclarecendo que não se tratava de algo pessoal, mas de uma organização dos trabalhos legislativos, com o objetivo de dar maior celeridade à pauta. Ressaltou ainda a existência de diversos itens na Ordem do Dia, mencionando que, além dos requerimentos dos vereadores, também seriam apreciadas emendas parlamentares do vereador Eleonilson e um projeto de autoria do prefeito municipal. Por fim, o presidente solicitou compreensão dos parlamentares para que os trabalhos pudessem avançar com maior agilidade, agradecendo a todos pela atenção. **A vereadora Marineide Lisboa** iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes e desejando bom dia. Em seguida, comentou que o ambiente da sessão estava bastante movimentado e pediu atenção para o andamento dos trabalhos. A parlamentar afirmou que vinha reforçar o pedido apresentado pela vereadora Marilene Sousa Jerônimo, declarando ser conhecedora da situação do chafariz da comunidade Santo Américo. Relatou que possui parentes residentes na localidade e que já tinha conhecimento do problema existente há bastante tempo. A vereadora mencionou ainda que, em gestões anteriores, já havia apresentado requerimento sobre a mesma demanda, e que o vereador Eraldo também teria feito solicitações semelhantes. Ela destacou a importância de que a comunidade seja atendida, afirmando que votaria favoravelmente ao requerimento em discussão, por conhecer de perto a realidade do local. Observou ainda que a situação do chafariz compromete não apenas o funcionamento do equipamento, mas também a estética da comunidade, considerando que o local apresenta aspecto de abandono. Por fim, afirmou que há outras situações semelhantes em diferentes localidades e expressou expectativa de que, gradualmente, esses problemas sejam resolvidos, reafirmando seu apoio ao requerimento apresentado. **O vereador Dr. Raimundo Salazar** iniciou sua fala afirmando que sempre manteve uma postura harmoniosa na Câmara Municipal e que assim pretende continuar, destacando a convivência respeitosa entre os parlamentares. Em seguida, dirigiu-se à vereadora Marilene Sousa Jerônimo, reforçando seu apoio ao requerimento apresentado por ela. Ressaltou que o problema do chafariz da comunidade Santo Américo é antigo, existindo há mais de 20 anos, desde o período em que ele próprio era proprietário da Fazenda Santo Américo. O parlamentar relatou que, ao longo desse tempo, a situação do chafariz já foi alvo de intervenções pontuais por parte da comunidade, que em alguns momentos conseguiu realizar pequenos reparos, enquanto em outros não obteve êxito. Acrescentou ainda que, em ocasiões anteriores, já foram apresentados requerimentos relacionados à localidade, mencionando que o vereador Eraldo também teria feito solicitações semelhantes, especialmente relacionadas à estrada da região. O vereador afirmou acreditar que, diante das diversas solicitações já apresentadas, o pleito chegará ao conhecimento do prefeito municipal, que poderá resolver a demanda, por se tratar de uma intervenção de baixo custo econômico, mas de grande relevância



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

social para a comunidade. Ao final, agradeceu a atenção de todos. **A vereadora Marilene Jerônimo** acrescentou que também existe a necessidade de melhorias na iluminação pública da comunidade Santo Américo, destacando que o serviço se encontra em situação de deficiência. Diante disso, a parlamentar reforçou o apelo ao prefeito municipal para que também seja analisada e atendida a demanda relacionada à iluminação pública na localidade, juntamente com as demais solicitações apresentadas. **O vereador Eleonilson** afirmou que a Câmara Municipal estava apreciando o requerimento apresentado pela vereadora Marilene Jerônimo, destacando que a parlamentar reforçava pedidos anteriores de mesma natureza já apresentados na Casa Legislativa. O vereador observou que diversos parlamentares, ao longo do tempo, já haviam protocolado solicitações em favor da comunidade Santo Américo, mencionando nomes como o próprio vereador Eraldo, além de outros vereadores, como Eliseu e Neide, indicando que praticamente todos já teriam feito algum tipo de pedido em benefício da localidade. Ele destacou que a comunidade Santo Américo, embora próxima da sede do município, estaria, segundo sua avaliação, sendo negligenciada ao longo das gestões, relatando dificuldades enfrentadas pelos moradores, especialmente em relação à estrada e à falta de reforma do chafariz antigo. O parlamentar ressaltou que a situação do poço/chafariz é antiga, estimando que tenha cerca de 30 anos, possivelmente originado de um projeto federal voltado a comunidades que não possuíam acesso à água encanada em suas residências. Ele também questionou se ainda haveria a necessidade de utilização direta do chafariz pelas famílias, como para lavagem de roupas, embora tenha reconhecido que, independentemente disso, trata-se de um bem comunitário que deve ser preservado. Afirmou que cabe aos vereadores e vereadoras aprovar o requerimento apresentado, em razão da importância do atendimento às demandas da comunidade. Afirmou que os vereadores aprovaram o pedido apresentado pela vereadora, reforçando iniciativas já defendidas pela Câmara Municipal para garantir à comunidade a preservação de um bem tão precioso, que certamente contribuiria de forma significativa para a população. Entretanto, ressaltou que também não poderiam deixar de lembrar da situação das estradas da região, destacando que a comunidade necessitava urgentemente de melhorias. Mencionou ainda a situação da comunidade Empoeira, afirmando que os vereadores já haviam clamado de diversas formas para que o gestor municipal tivesse um olhar mais humano e sensível para o sofrimento das comunidades Santo Américo, Empoeira e da região localizada entre o Centro do Jaime e o Batimão. Segundo ele, essas localidades enfrentavam grandes dificuldades, inclusive com registros de atoleiros, dificultando o tráfego até mesmo de bicicletas, motocicletas e pedestres. Diante disso, o vereador Eleonilson fez um apelo ao gestor municipal para que sensibilizasse diante dos pedidos feitos pela Câmara Municipal, ressaltando que tais solicitações não tinham como objetivo beneficiar vereadores, mas principalmente a população que reside e trafega diariamente pelas estradas da região. Acrescentou que as melhorias seriam benéficas para todos, inclusive para o próprio prefeito, que também utiliza ou poderá utilizar essas vias futuramente. Ao final, declarou apoio ao requerimento da vereadora,



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMERA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

garantindo seu voto favorável e reforçando o pedido por mais sensibilidade e atenção às estradas que necessitavam de recuperação urgente. Em seguida, a **vereadora Anne Karolline** cumprimentou a todos e agradeceu a Deus pela oportunidade de participar da sessão. Comentou que a sessão estava bastante movimentada e acalorada. Aproveitou a oportunidade para parabenizar a vereadora Marilene Jerônimo pelo projeto apresentado, destacando a importância da iniciativa para a comunidade beneficiada. Também deu boas-vindas ao senhor Paulino Ferreira, afirmando que os presentes sentiam sua falta naquela Casa Legislativa e desejando-lhe que fosse sempre bem-vindo. Em seguida, o **vereador Eraldo** colocou em votação o Requerimento nº 007/2026, de autoria da vereadora Marilene Jerônimo. **O Requerimento nº 007/2026 foi APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.** Na sequência, o **vereador Eliseu** comentou, em tom de brincadeira, que estava na vez de utilizar a palavra, afirmando que havia sido interrompido apenas por ser do PT.

REQUERIMENTO N°004/2026, que solicita a construção de um bueiro no povoado Graça de Deus.
Autora: Arlete Oliveira Nunes.

O vereador Eraldo solicitou à primeira-secretária que realizasse a leitura do Requerimento nº 004, de autoria da vereadora Arlete Oliveira. Após a leitura, colocou o requerimento em discussão, logo após, em votação. Não havendo votos contrários, o Requerimento nº 004, de autoria da vereadora Arlete foi **APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.** Logo após, o **vereador Dr. Raimundo Salazar** pediu a palavra e comentou sobre o requerimento aprovado anteriormente, esclarecendo inicialmente que havia se confundido em relação à autoria da matéria, em razão de um medicamento que havia tomado na noite anterior para dormir. Em seguida, destacou a importância de que os bueiros mencionados no requerimento fossem compatíveis com o volume de escoamento da água. Recordou que, na gestão passada, diversos bueiros foram construídos em tamanho inadequado, fazendo com que, em períodos de grande vazão, a água passasse por cima das estruturas, causando transtornos à população. O parlamentar citou como exemplo um bueiro instalado na localidade do Acochadinho, afirmando que, mesmo após a obra, continuou enfrentando dificuldades para atravessar o local durante períodos de chuva intensa. Diante disso, solicitou que a atual gestão realizasse estudos técnicos adequados, por meio da Secretaria de Infraestrutura, para que os problemas fossem realmente solucionados. Ao final, agradeceu.

REQUERIMENTO N°008/2026, que solicita a recuperação das estradas vicinais que dão acesso aos povoados Empoeira, Alto dos Pimentas e Centro dos Cruz no município de São Luís Gonzaga do Maranhão. **Autor: Rafael Luna Dantas da Silva**

O presidente Greison solicitou à primeira-secretária que realizasse a leitura do Requerimento nº 008/2026, de autoria do vereador Rafael Luna Dantas. Após a leitura, colocou-o em discussão. A **vereadora Toinha Canuto** afirmou que gostaria de compartilhar uma informação sobre a estrada



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 24 / 05 / 20 26
[Assinatura]

da comunidade Empoeira. Segundo ela, havia conversado naquele mesmo dia com Biton, responsável pelas caçambas e máquinas utilizadas na recuperação das estradas. Informou que ele já havia visitado a comunidade no dia anterior para avaliar a situação e constatado a existência de dois pontos críticos onde os veículos ainda atolavam. Acrescentou que os trabalhos de recuperação continuariam pelos próximos dias. Em seguida, **o vereador Eraldo** cumprimentou os demais vereadores e as pessoas que acompanhavam a sessão de suas residências. Aproveitou a oportunidade para parabenizar o vereador Rafael Dantas pelo requerimento apresentado e pediu aos demais parlamentares que também reforçassem solicitações semelhantes em favor da comunidade Empoeira. O vereador destacou que mantinha forte ligação com aquela comunidade desde seu mandato anterior, ressaltando que se tratava de um povo acolhedor, humilde e pertencente a uma importante região ribeirinha, conhecida pela produção de melancia e pescado. Contudo, afirmou que a população vinha sofrendo há bastante tempo com diversos problemas estruturais. Segundo o vereador, ele já havia denunciado em outras ocasiões o sofrimento enfrentado pela comunidade, não apenas em relação às estradas, mas também quanto à precariedade do abastecimento de água e da iluminação pública. Informou que havia solicitado várias vezes ao prefeito a substituição da caixa d'água da localidade, além de cobrar melhorias na iluminação pública, afirmando que a comunidade teria permanecido durante aproximadamente um ano na escuridão até que providências começassem a ser tomadas. O vereador Eraldo comentou a fala da vereadora Toinha Canuto, afirmando esperar que, após a conversa dela com Biton, os problemas finalmente fossem resolvidos, ressaltando que, apesar de já ter tratado do assunto diversas vezes com o prefeito e com o secretário responsável, até aquele momento nenhuma medida efetiva havia sido adotada. **A vereadora Toinha Canuto** respondeu afirmando que havia conversado naquele mesmo dia com o senhor Biton. **O vereador Eraldo** afirmou que esperava que, de fato, as providências fossem tomadas. Relatou possuir experiência na área da construção civil e em obras, destacando que já havia executado diversas construções de bueiros no município de São Luís Gonzaga do Maranhão. Recordou, inclusive, de uma obra realizada na região da vereadora Neide, na localidade de Potó Velho, onde, mesmo com o córrego cheio, conseguiu executar a base e instalar as bueiras para posterior cobertura pela máquina. Ressaltou que, quando existe boa vontade, as obras podem ser realizadas, citando como exemplo serviços executados em rodovias federais durante o período chuvoso. Segundo ele, nos pontos críticos da estrada não seria necessário entrar diretamente na lama, bastando realizar o aterramento gradativo com pedras e entulhos para permitir o acesso das caçambas e a continuidade dos serviços. O vereador Eraldo afirmou ainda que não permaneceria em silêncio diante da situação enfrentada pela população. Comentou, em tom descontraído, sobre uma observação feita anteriormente pelo vereador Dr. Raimundo Salazar, que costumava dizer que ele "mordia e assoprava". Explicou que era uma pessoa adepta do diálogo e acreditava que a conversa deveria ser sempre o primeiro caminho. Entretanto,



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026
[Assinatura]

lamentou que, apesar das constantes solicitações e conversas, os problemas continuassem sem solução, enquanto a população seguia sofrendo diariamente. Na sequência, reconheceu que muitas ações importantes vinham sendo realizadas no município de São Luís Gonzaga do Maranhão, afirmando inclusive que era justo agradecer pelas melhorias feitas em benefício da população. Contudo, ressaltou que ainda existiam muitas demandas deixadas de lado, especialmente na comunidade Empoeira, que vinha sofrendo há bastante tempo. Citou os diversos vídeos divulgados, os inúmeros pedidos feitos não apenas pelos vereadores, mas também pelos moradores, blogueiros e pela sociedade civil gonzaguense, ressaltando que a localidade fica próxima da sede do município e, ainda assim, continuava enfrentando grandes dificuldades. O vereador também aproveitou a oportunidade para denunciar a situação de um córrego localizado na região do Felipinho. Relatou que havia estado no local às quatro horas da manhã, quando foi buscar piçarra para colocar em um açude, e ficou sensibilizado ao ver idosos atravessando o trecho sobre uma tora de madeira improvisada. Segundo ele, o problema já vinha sendo cobrado há muito tempo, sem que providências fossem tomadas. Destacou ainda que mais de cinquenta famílias dependiam daquela região para complementar sua renda, cultivando feijão, melancia, arroz e outros produtos agrícolas. Contudo, durante o período chuvoso, os moradores enfrentavam grandes riscos de acidentes ao atravessar lama e áreas alagadas. Lamentou que, apesar dos inúmeros pedidos feitos ao longo do tempo, as soluções fossem constantemente adiadas para o ano seguinte. Finalizou afirmando que conheceu vários produtores rurais daquela região que faleceram na esperança de dias melhores, os quais, segundo ele, infelizmente ainda não haviam chegado. Ao final, declarou que continuaria fazendo sua parte, cobrando, reivindicando e apoiando as demandas da população, ressaltando a importância da união dos vereadores em defesa dessas causas. **O vereador Rafael Dantas** agradeceu as palavras do vereador Eraldo e afirmou que pretendia abordar o assunto apenas no grande expediente, mas decidiu se manifestar naquele momento em razão da discussão iniciada. Relatou que esteve recentemente na comunidade Empoeira, inclusive para levar uma eleitora do vereador Eraldo até a localidade. Informou ainda que realizou uma transmissão ao vivo mostrando as condições da estrada, mencionando que o vereador e presidente Greison Ribeiro chegou a acompanhar a *live*. O vereador descreveu a estrada como extremamente precária e afirmou que o trajeto da pista até a comunidade levou quase uma hora devido às péssimas condições de acesso. Acrescentou que vinha recebendo constantes pedidos da população para gravar vídeos denunciando a situação, embora já tivesse feito diversas denúncias anteriormente. Relembrou ainda que, na sessão anterior, realizou a leitura de um abaixo-assinado encaminhado pelos moradores da comunidade Empoeira, a pedido do senhor Carlos. Informou também que o requerimento apresentado já estava pronto havia aproximadamente duas semanas, aguardando apenas a retomada das sessões para ser protocolado. Dirigindo-se à vereadora Toinha Canuto, afirmou concordar com a fala do vereador Eraldo de que, quando existe vontade política, as obras



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

podem ser executadas, independentemente da existência de buracos ou lama. Citou como exemplo os serviços realizados na estrada do povoado São Benedito do Vale, argumentando que as máquinas poderiam ter concluído o serviço, mas acabaram sendo retiradas antes da finalização da obra. Segundo ele, somente após a divulgação de vídeos nas redes sociais é que alguns buracos começaram a ser tapados. O vereador Rafael Dantas destacou ainda que a cobrança pela recuperação da estrada não partia apenas dele, mas também de outros parlamentares, como os vereadores Eleonilson, Eraldo e Marilene Jerônimo, além da própria população. Finalizou afirmando esperar que a recuperação da estrada fosse realizada o mais rápido possível, especialmente porque as chuvas já haviam diminuído, o que, segundo ele, permitiria a execução dos serviços. Em seguida, **a vereadora Toinha Canuto** voltou a afirmar que os trabalhos seriam realizados nos próximos dias, possivelmente na segunda-feira. Explicou que, apesar das dificuldades causadas pelos buracos e pela lama, havia recebido a informação de que os serviços seriam executados mesmo assim. **O vereador Rafael Dantas** declarou que, caso o problema fosse apenas a água e a lama, eles podem ir lá tirar. **O vereador Dr. Raimundo Salazar** afirmou que gostaria apenas de contribuir com a fala do vereador Eraldo. Destacou a amizade e o vínculo que possui com a família do parlamentar, ressaltando que é médico da família desde a infância dele. Em seguida, comentou que a esposa do vereador Eraldo, em certa ocasião, relembrou o período em que ele trabalhava como pedreiro e era bastante procurado pela população em razão da qualidade de seus serviços. Segundo o vereador Dr. Raimundo Salazar, ela teria afirmado que, naquela época, o vereador Eraldo chegava a ganhar muito dinheiro devido à grande demanda de trabalho, sendo um profissional respeitado e bastante requisitado. Diante disso, ressaltou que o vereador Eraldo falava sobre obras e infraestrutura com propriedade, justamente por possuir experiência prática na área da construção civil. Ao final, agradeceu pela contribuição do vereador, tanto como vereador quanto como profissional da área. Em seguida, **o vereador Eliseu** iniciou sua fala agradecendo a Deus e dirigiu-se ao vereador Rafael Dantas para comentar sobre a situação do povoado Empoeira. Destacou que a comunidade é ribeirinha e responsável por grande parte da produção destinada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo uma importante fornecedora de alimentos para o município. O vereador ressaltou ainda que, apesar de a estrada não possuir grande extensão, tratava-se de uma via bastante sofrida. Comentou, inclusive, que possui uma pequena chácara localizada a aproximadamente mil e quinhentos metros da MA-247 e relatou as dificuldades enfrentadas ao tentar trafegar pelo trecho de motocicleta, devido às condições precárias da estrada. Na sequência, afirmou ter ficado profundamente triste ao presenciar uma professora que trabalha na comunidade Empoeira caminhando a pé da MA-247 até o povoado, por não haver condições de acesso para veículos. Segundo ele, a educadora precisava percorrer diariamente mais de dez quilômetros entre ida e volta para exercer sua profissão, enfrentando grande sofrimento. O vereador Eliseu declarou apoio ao requerimento apresentado pelo vereador Rafael Dantas, destacando que solicitações



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

semelhantes já haviam sido feitas por diversos parlamentares daquela Casa Legislativa, sem que providências fossem tomadas. Por fim, afirmou esperar que, desta vez, o vereador Rafael Dantas tivesse êxito em sensibilizar o prefeito municipal para a realização da obra, algo que, segundo ele, ainda não havia ocorrido em relação aos pedidos feitos pelos demais vereadores. Ao final, desejou bênçãos ao colega parlamentar e agradeceu. **O vereador e presidente Greison** informou que, não havendo mais discussões, colocaria em votação o Requerimento nº 008/2026, de autoria do vereador Rafael Luna Dantas. o Requerimento nº 008/2026 **foi APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.**

REQUERIMENTO N°009/2026, que solicita o recapeamento asfáltico da MA-247, no trecho da Avenida Juracy Sales Fortes, no Município de São Luís Gonzaga do Maranhão. **Autor: Eleonilson Nascimento Gomes.**

Na continuidade dos trabalhos, solicitou à primeira-secretária que realizasse a leitura do Requerimento nº 009/2026, de autoria do vereador Eleonilson, colocando-o em discussão. **O vereador Eleonilson Gomes** cumprimentou o presidente, os demais vereadores, vereadoras, ouvintes e as pessoas presentes na galeria da Câmara Municipal. Iniciou afirmando que, embora um requerimento possa parecer algo simples, muitas vezes possui grande relevância para a população. Ressaltou que aquele mesmo pedido já havia sido apresentado anteriormente por outros vereadores, citando as vereadoras Anne Karolline e Toinha Canuto, além de outros parlamentares. O vereador destacou que, quando um requerimento é aprovado pela Câmara Municipal, ele passa a representar um pedido coletivo de todos os vereadores, já que nenhum parlamentar deixa de votar em matérias consideradas importantes para a população. Em seguida, comentou, em tom descontraído, que não sabia se precisaria acrescentar sobrenomes tradicionais aos seus requerimentos para que eles fossem atendidos, citando exemplos de outros parlamentares da Casa. Explicou que tal comentário era apenas uma brincadeira para descontrair o ambiente. Na sequência, o vereador Eleonilson afirmou que, em sua visão, a Câmara Municipal vinha sendo desmoralizada pela gestão pública municipal, em razão da falta de atendimento aos requerimentos apresentados pelos vereadores. Ressaltou a importância do Poder Legislativo, destacando que a Câmara possui grande poder institucional, embora não seja responsável pela execução financeira das obras e serviços públicos. Segundo o parlamentar, compete à Câmara legislar, elaborar leis, apresentar requerimentos e identificar as necessidades da população. Entretanto, afirmou que muitos pedidos realizados pelos vereadores vinham sendo ignorados, mesmo quando se tratavam de solicitações simples e de baixo custo financeiro. O vereador afirmou ainda que os parlamentares se sentiam humilhados diante da repetição constante dos mesmos pedidos, sem que houvesse retorno efetivo da gestão municipal. O vereador Eleonilson declarou que percebia até mesmo vereadores aliados da gestão demonstrando constrangimento diante da falta de respostas às demandas apresentadas.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
AFROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

Segundo ele, os pedidos frequentemente eram respondidos apenas com promessas de execução futura, que acabavam não se concretizando. Em seguida, afirmou que a própria Câmara também possuía responsabilidade por essa situação, alegando que os vereadores ainda não utilizavam plenamente os instrumentos legais e institucionais disponíveis ao Poder Legislativo. Citou ainda a existência de problemas relacionados à transparência da gestão municipal, mencionando que tais questões poderiam, inclusive, motivar medidas mais severas por parte da Câmara Municipal. O vereador voltou a defender o requerimento apresentado, solicitando o recapeamento da Avenida Juracy Sales Fortes, trecho urbano da MA-247. Antecipando possíveis justificativas de que a rodovia seria de responsabilidade do Estado, argumentou que, por atravessar a área urbana do município, caberia também ao gestor municipal zelar pela conservação da via. O parlamentar ressaltou que não estava solicitando a pavimentação de trechos estaduais fora da cidade, mas apenas melhorias no trecho urbano da avenida, que, segundo ele, se encontrava em situação precária, causando transtornos para motoristas, motociclistas, pedestres e visitantes que transitam diariamente pelo local. Ao final, pediu que, caso o município não tivesse condições de executar os serviços, ao menos buscasse apoio do Governo do Estado para garantir melhorias na avenida. Na sequência, **o vereador Eliseu** voltou a se manifestar, afirmando que, mais importante do que solicitar asfalto, seria garantir a aplicação de um material de qualidade. Segundo ele, obras anteriores teriam utilizado material inadequado, o que teria contribuído para o rápido desgaste da pavimentação. O vereador destacou que a Avenida Juracy Sales Fortes representa a entrada da cidade e funciona como cartão-postal do município, lamentando o estado de deterioração da via. Finalizou reforçando apoio ao requerimento do vereador Eleonilson e defendendo que o Governo do Estado realizasse uma obra de qualidade no local. **O vereador Eleonilson** dirigiu-se ao vereador Eliseu e afirmou que todos os parlamentares tiveram conhecimento da situação, mencionando também o vereador Eraldo, que reside no bairro. Questionou quanto tempo levou para concluírem o recapeamento no trecho que vai da placa até os dois postos de combustível, ressaltando que se tratava de um trecho pequeno, mas que demorou bastante para ser concluído. Em seguida, explicou que isso acontecia porque chegava apenas uma pequena quantidade de asfalto por vez, sendo aplicada parcialmente, enquanto o restante do serviço ficava aguardando durante vários dias. O parlamentar afirmou ainda que, em sua opinião, o material utilizado parecia ser sobra da fábrica responsável pelo asfaltamento em Trizidela do Vale, sendo posteriormente misturado com areia e piche antes de ser levado ao local. Destacou que essa era a impressão transmitida à população e reforçou a fala da vereadora Arlete ao afirmar que o material utilizado era de péssima qualidade. Acrescentou que não era possível “tapar o sol com a peneira” e que a verdade precisava ser dita. Ressaltou ainda que o recapeamento havia sido realizado há pouco tempo e, mesmo assim, a avenida já se encontrava novamente em condições precárias, o que, segundo ele, comprovava a má qualidade do serviço executado. Por fim, o vereador Eleonilson concluiu sua fala pedindo apoio aos demais vereadores e



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29 / 05 / 2026

[Assinatura]

vereadoras, afirmando que o papel do parlamentar era lutar, pedir, insistir e suportar críticas em defesa da qualidade de vida da população do município. Ao final, agradeceu. Em seguida, o **vereador Rafael Dantas** afirmou ao vereador Eleonilson que chegou a publicar em seu Instagram que, no dia 20 daquele mês, completava exatamente um ano desde que, ao sair da Câmara Municipal, esteve na Avenida Juracy Sales Fortes gravando um vídeo que repercutiu bastante, inclusive sendo exibido na TV de Bacabal. Destacou que, somente após a divulgação daquele vídeo, foi realizado um serviço paliativo na avenida. O vereador afirmou que, em menos de um ano, a via já havia voltado a apresentar os mesmos problemas, o que demonstrava, segundo ele, a má qualidade do serviço prestado no município de São Luís Gonzaga do Maranhão. Ressaltou ainda que era inadmissível que um gestor aceitasse uma obra daquela forma. O vereador Rafael Dantas acrescentou que, caso o inverno tivesse sido mais rigoroso, o trecho provavelmente teria sido totalmente destruído, assim como ocorreu na ponte Duas Irmãs, que, segundo ele, permanecia quebrada até aquele momento. Relatou ainda que, após a gravação do vídeo denunciando a situação da ponte, representantes da gestão foram ao local afirmar que a obra seria realizada em breve, mas, até então, nada havia sido feito. Por fim, declarou apoio ao requerimento do vereador Eleonilson, afirmando que votaria favoravelmente à matéria, e agradeceu. Na sequência, o **vereador Eraldo** cumprimentou novamente os colegas vereadores e o vereador Dr. Raimundo Salazar. Em seguida, afirmou que ficava refletindo se o próprio prefeito também estaria enfrentando dificuldades para conseguir as melhorias, já que, segundo ele, o gestor é a autoridade máxima do município e aliado político do governador do Estado. O vereador questionou o motivo de o município de São Luís Gonzaga do Maranhão parecer, segundo ele, discriminado e desrespeitado pelas autoridades. Acrescentou que havia muito a ser feito e aprendido nesse sentido. O vereador Eraldo lembrou que, no início da atual legislatura, a situação da Avenida Juracy Sales Fortes, principal entrada da cidade, foi um dos temas mais debatidos na Câmara Municipal, por meio de requerimentos, indicações e projetos apresentados por diversos vereadores, entre eles Anne Karolline, Dr. Raimundo Salazar, Toinha Canuto e outros parlamentares. Segundo ele, se existisse respeito pelos vereadores da Câmara Municipal, a entrada da cidade deveria estar "banhada de diamante", diante da quantidade de pedidos feitos em prol da melhoria do local. Ressaltou ainda que os requerimentos apresentados não eram inúteis, mas sim pedidos importantes para a população. O parlamentar comentou também sobre os prejuízos causados pelas más condições da avenida aos proprietários de veículos, afirmando que os motoristas precisavam trafegar constantemente utilizando a embreagem devido à quantidade de buracos existentes. Relatou ainda que, naquela mesma manhã, ao transportar piabas da beira do rio, quase deixou os peixes em um dos buracos da avenida, que, segundo ele, parecia um açude de tão grande. O vereador Eraldo declarou apoio ao requerimento apresentado pelo vereador Eleonilson e reforçou o pedido para que o gestor municipal olhasse com mais atenção para a situação da entrada da cidade. Acrescentou ainda que, sendo um ano eleitoral, caso o



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

governador do Estado não realizasse a obra antes das eleições, a situação poderia se prolongar ainda mais, já que uma eventual nova gestão precisaria reorganizar projetos e planejamentos antes de iniciar qualquer intervenção. Por fim, destacou a urgência da situação e pediu providências imediatas para a recuperação da Avenida Juracy Sales Fortes. Em seguida, **a vereadora Marilene Jerônimo** pediu a palavra rapidamente e comentou a fala do vereador Eleonilson sobre a vergonha enfrentada pelos vereadores em relação aos requerimentos não atendidos. A parlamentar afirmou ter ficado curiosa para saber dos colegas mais antigos da Câmara Municipal se essa situação ocorria apenas na atual legislatura ou se também acontecia em mandatos anteriores. A vereadora ressaltou que estava exercendo seu primeiro mandato e, por isso, não acompanhava anteriormente o funcionamento interno da Câmara Municipal. Questionou aos vereadores mais experientes se, nos mandatos passados, todos os requerimentos aprovados eram efetivamente executados pelo Poder Executivo. Citou ainda que já havia ouvido relatos do vereador e presidente Greison afirmando que muitos requerimentos apresentados anteriormente também haviam sido aprovados sem jamais serem executados. Diante disso, afirmou que lhe parecia injusto transmitir a ideia de que a atual legislatura seria a única a enfrentar esse problema. Por fim, questionou aos vereadores Eraldo, Neide, Toinha Canuto e Eleonilson se eles possuíam conhecimento sobre a quantidade de requerimentos aprovados que realmente foram executados em gestões anteriores, reiterando que, por não ter participado anteriormente da rotina legislativa da Câmara, ainda não tinha conhecimento exato sobre como essas situações aconteciam. **O vereador Eraldo** respondeu à vereadora Marilene Jerônimo afirmando que lhe daria uma resposta. Em seguida, declarou que falaria especificamente sobre um requerimento de sua autoria apresentado ainda na gestão passada. Acrescentou que, se a vereadora tivesse prestado atenção ao seu discurso anterior, nem precisaria fazer aquela pergunta, pois a resposta já havia sido dada durante sua fala. Na sequência, **a vereadora Marilene Jerônimo** comentou que era importante que a população soubesse da situação, pois ficava parecendo que os problemas haviam surgido apenas agora. **O vereador Eraldo** retomou a palavra e afirmou que havia acabado de dizer que vinha lutando desde o mandato passado. Citou, como exemplo, um requerimento solicitando a construção de uma ponte para a região do Felipinho, além das reivindicações relacionadas à comunidade Empoeira, destacando que desde o primeiro dia de seu mandato vinha realizando pedidos nesse sentido. O vereador afirmou ainda que os vereadores não estavam na Câmara para se basearem nas coisas ruins que aconteceram anteriormente, mas sim para fazer diferente e mudar a realidade do município. Declarou que foi exatamente por isso que a população elegeu um novo prefeito para São Luís Gonzaga do Maranhão. Acrescentou que, caso a gestão anterior tivesse atendido às expectativas da população, o sucessor do ex-prefeito teria sido eleito. Segundo o vereador Eraldo, o povo também saberá dar respostas aos parlamentares quando entender que eles não estiverem mais cumprindo adequadamente o papel de legisladores. Citou ainda o nome do prefeito Dr. Emanuel Filho e



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

afirmou que futuros gestores também poderão receber essa mesma resposta popular caso não correspondam às expectativas da população. O vereador ressaltou que os vereadores não estavam ali para copiar aquilo que não foi feito em gestões anteriores, mas sim para promover mudanças. Acrescentou que foi justamente por isso que a vereadora Marilene Jerônimo foi eleita: porque a população acreditou que ela poderia fazer a diferença. Declarou também que continuava exercendo seu mandato com esse mesmo objetivo. Em seguida, afirmou possuir requerimentos apresentados ainda no mandato passado e destacou que já participou de mais inaugurações no atual período de gestão do que durante os quatro anos da administração anterior. Citou inclusive que havia comentado isso no povoado Azedo no dia anterior. Segundo ele, apesar das dificuldades enfrentadas pela atual gestão, acreditava que, em um ano e quatro meses da administração do prefeito Dr. Emanuel Filho, já haviam sido realizadas mais ações do que em toda a gestão passada. Finalizou afirmando que era isso que tinha a dizer sobre o assunto. A vereadora Marilene Jerônimo esclareceu que sua intenção não era fazer comparações entre gestões, mas apenas destacar que a situação dos requerimentos não atendidos não era algo exclusivo do momento atual, pois, segundo ela, o problema já vinha acontecendo há muito tempo. A vereadora ressaltou ainda que, em nenhum momento, quis dizer que os vereadores não deveriam continuar trabalhando, cobrando e apresentando requerimentos todas as sextas-feiras. Informou inclusive que já havia apresentado quase quarenta requerimentos e afirmou que continuaria protocolando novos pedidos semanalmente. Ao final, declarou que apenas desejava fazer aquela observação. Em seguida, o **vereador Dr. Raimundo Salazar** pediu questão de ordem e dirigiu-se à vereadora Marilene Jerônimo. Afirmou que gostaria muito que os problemas enfrentados pelo município fossem apenas recentes ou emergenciais, pois isso significaria uma situação mais fácil de resolver. Acrescentou que frequentemente utiliza a saúde como exemplo em seus discursos, por ser uma área que conhece profundamente e na qual atua diariamente. O parlamentar afirmou ser estudioso tanto da saúde pública quanto da saúde privada e declarou que, ao comparar a situação atual da saúde com períodos anteriores, especialmente os últimos oito anos, percebe que os problemas já vêm se acumulando há muito tempo. Citou o abandono da estrutura física do hospital municipal como exemplo dessa situação. O vereador Dr. Raimundo Salazar afirmou ainda que entregou aquele hospital, há vinte e cinco anos, em excelentes condições, classificando-o como "um brinco". Acrescentou que, graças a Deus e também aos requerimentos apresentados na Câmara Municipal, além do clamor do presidente da Casa, houve melhorias significativas recentemente na unidade hospitalar. O parlamentar informou que conversou com o secretário responsável pela área da saúde e realizou alguns questionamentos. Disse ainda que, posteriormente, conversaram em particular e que o secretário lhe apresentou informações sobre avanços que estariam acontecendo, especialmente na área hospitalar. Segundo ele, tais informações lhe deixaram animado. Por fim, o vereador Dr. Raimundo Salazar reafirmou que gostaria que os problemas fossem apenas atuais, mas



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026
[Assinatura]

ressaltou que a esperança é a última que morre. Defendeu a união e o fortalecimento do Poder Legislativo para que a Câmara Municipal seja, ao mesmo tempo, um poder de apoio e também de enfrentamento quando necessário, a fim de garantir que as ações aconteçam de fato. Finalizando sua fala, afirmou que não basta os vereadores serem aliados do prefeito ou da gestão municipal se não conseguirem atender às demandas mínimas da população. Ao final, agradeceu. **O vereador e presidente Greison Ribeiro** cumprimentou todos os presentes e iniciou sua fala fazendo referência ao requerimento apresentado pelo vereador Eleonilson. Disse que também gostaria de deixar suas considerações e afirmou que, ao ouvir os discursos dos demais vereadores, poderia até sorrir diante de algumas falas, mas que, se fizesse isso, estaria sendo irônico, pois a situação era séria. Afirmou que todos conheciam a dimensão da falta de cuidado enfrentada pela população de São Luís Gonzaga do Maranhão e também reconheciam o tamanho do trabalho desenvolvido pelos vereadores da Câmara Municipal. Declarou ainda que, se afirmasse que o atual prefeito não estava trabalhando, estaria mentindo, pois, segundo ele, a gestão vinha realizando obras importantes, como a recuperação de prédios públicos que, em administrações anteriores, sequer haviam recebido manutenção básica. Destacou que a atual gestão enfrenta uma grande demanda em razão do abandono acumulado ao longo de administrações passadas, o que teria gerado uma espécie de "bola de neve" na situação do município. No entanto, acrescentou que também seria irresponsável afirmar que tudo estava perfeito. Segundo ele, ainda existiam abandono, dificuldades e muito trabalho a ser enfrentado para que a população pudesse colher frutos melhores no futuro. Afirmou que o povo de São Luís Gonzaga do Maranhão estava cansado e que, muitas vezes, a população tinha receio de se manifestar por medo de represálias. Disse ainda que essa situação acontece frequentemente no município. Em seguida, parabenizou o vereador Eleonilson pelo requerimento apresentado e comentou a fala do parlamentar sobre a necessidade de colocar nomes de determinados vereadores nos requerimentos para que fossem atendidos. O presidente afirmou que hoje via o vereador Eleonilson sentindo na pele aquilo que ele próprio havia enfrentado durante oito anos naquela Casa Legislativa, período em que apresentou diversos requerimentos e indicações de obras que, segundo ele, poderiam ter sido realizadas pela gestão anterior, mas nunca foram executadas. Declarou que chegou a parar de apresentar requerimentos durante a gestão passada, embora continuasse utilizando a tribuna para cobrar melhorias para a população. Recordou ainda que frequentemente ultrapassava o tempo regimental durante suas falas, assim como o vereador Eleonilson fazia atualmente, e afirmou que sempre procurava compreender os colegas parlamentares porque já havia passado pela mesma situação. O presidente ressaltou que é difícil para um vereador ter apenas uma oportunidade semanal para cobrar ações do Executivo e, mesmo assim, não obter respostas, situação que, segundo ele, acaba impactando diretamente a vida da população de São Luís Gonzaga do Maranhão. Acrescentou que, naquele período, também sentia a falta de retorno do Poder Executivo aos pedidos apresentados pelos vereadores. Na continuidade



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29 / 05 / 20 26

de sua fala, afirmou que o mais importante que observava atualmente era que cerca de noventa por cento, ou até noventa e cinco por cento dos requerimentos apresentados pelos vereadores naquela legislatura já haviam sido pedidos em gestões passadas. Disse que muitas das cobranças feitas atualmente já eram antigas, mas que, na época, os vereadores também não haviam sido atendidos. Como exemplo, citou o buraco localizado na região mencionada pela vereadora Anne Karolline, onde, segundo ele, veículos chegam a atolar. Afirmou que o problema não era recente, mas já existia há bastante tempo, assim como outras dificuldades enfrentadas em regiões como Novo Oriente, Barro Branco e diversos outros povoados do município. Afirmou ainda que, naquela época, costumava dizer que não era obrigação do gestor atender apenas os requerimentos dos vereadores da base governista, destacando que nem mesmo os pedidos feitos pelos parlamentares aliados eram atendidos. Segundo ele, tanto vereadores da oposição quanto da base sofriam com a repetição constante das mesmas cobranças. Declarou que espera que a atual gestão tenha um olhar mais sensível para os requerimentos apresentados pela Câmara Municipal, lembrando que a população escolheu novos representantes justamente para buscar soluções concretas para os problemas do município. Em seguida, comentou a fala do vereador Eleonilson sobre a Câmara Municipal estar sendo desmoralizada pela falta de atendimento aos requerimentos. O presidente afirmou que a Casa Legislativa não estava sendo desmoralizada pelos trabalhadores que ali atuam, ressaltando que os vereadores vêm desempenhando um excelente trabalho. Destacou ainda que, enquanto presidente da Câmara Municipal, procurou ter sensibilidade para atender toda a população e exercer seu papel administrativo de forma equilibrada. Acrescentou também que buscou agir de maneira diferente da forma como foi tratado no período em que fazia oposição, afirmando que não pretende agir contra os atuais vereadores. Segundo ele, deseja que não apenas seus pedidos sejam atendidos, mas também os requerimentos de todos os onze parlamentares da Casa Legislativa. Contudo, reconheceu novamente que a Câmara continua sendo desmoralizada pela falta de atendimento aos requerimentos apresentados pelos vereadores. Por fim, afirmou que os parlamentares não podem permanecer calados e devem continuar cobrando melhorias para o município, destacando que a mudança de gestão ocorreu justamente porque a população acreditava na capacidade de melhorar a realidade de São Luís Gonzaga do Maranhão. O presidente parabenizou novamente o vereador Eleonilson pelo requerimento e declarou apoio. Na sequência, colocou em votação o Requerimento nº 009/2026, de autoria do vereador Eleonilson Nascimento Gomes. O Requerimento nº 009/2026 foi **APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS**.

PROJETO DE LEI Nº001/2026, que dispõe sobre a autorização para consignação em folha de pagamento dos servidores públicos municipais, regulamenta a celebração de convênios com instituições financeiras, disciplina o alongamento de prazo de operações consignadas e dá outras providências. **Autor: Poder Executivo Municipal.**



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026
[Assinatura]

O vereador e presidente da Câmara Municipal, Greison Ribeiro, solicitou à primeira-secretária que realizasse a leitura do Projeto de Lei nº 001/2026, de autoria do Poder Executivo Municipal. Em seguida, a primeira-secretária, Marilene Jerônimo, procedeu com a leitura do referido projeto. Logo após, o presidente Greison esclareceu que o Projeto de Lei nº 001/2026, já lido anteriormente, tratava sobre os empréstimos consignados. Informou que o projeto havia sido colocado em pauta para discussão entre os nobres vereadores e destacou que qualquer parlamentar que desejasse se manifestar sobre a matéria teria liberdade para fazê-lo. Ressaltou ainda que se tratava de um projeto de grande relevância, voltado à população, e que, por isso, exigia um olhar sensível e atento dos vereadores, a fim de avaliar possíveis alterações e melhorias que pudessem beneficiar a população. Em seguida, o vereador Eleonilson pediu uma questão de ordem. Destacou que, considerando a natureza do projeto e reconhecendo a necessidade de uma análise minuciosa para melhor compreensão da matéria, a Câmara Municipal vinha colaborando de forma transparente na tramitação dos projetos. Diante disso, sugeriu que a Mesa Diretora convocasse representantes do Poder Executivo, autor do projeto, para a realização de uma reunião destinada ao esclarecimento de dúvidas. Explicou que, nessa reunião, cada vereador poderia realizar a leitura do projeto, apontar os pontos pertinentes e formular questionamentos para melhor entendimento da proposta. Acrescentou que, a partir desse momento de diálogo, seria mais fácil compreender a matéria e dar continuidade ao trâmite legislativo. Na sequência, o presidente Greison afirmou que, complementando a fala do vereador Eleonilson, também convocaria gerentes do Banco do Brasil e de outras instituições financeiras do município, para que pudessem orientar os parlamentares acerca das regras de contratação dos empréstimos consignados. Citou, como exemplo, as situações envolvendo servidores contratados e efetivos, mencionando que algumas instituições financeiras aceitam apenas servidores efetivos. Destacou ainda que seria importante ouvir esses esclarecimentos para melhor entendimento da proposta. O vereador Eleonilson questionou se a intenção da Presidência seria realizar uma reunião geral com todos os envolvidos. Em resposta, o presidente Greison confirmou que seria justamente esse o objetivo: promover uma reunião ampla para debater o projeto. Ressaltou a importância de que a Presidência convocasse, o mais breve possível, uma reunião aberta com as principais pessoas envolvidas na discussão do projeto. Segundo ele, isso contribuiria para tornar as informações mais acessíveis, inclusive aos servidores interessados em compreender como a proposta poderia impactá-los. Citou, como exemplo, os servidores provisórios e contratados temporariamente, que poderiam participar da reunião para entender melhor onde se enquadrariam dentro da proposta. Além disso, sugeriu a presença de um representante jurídico, para auxiliar a Câmara com esclarecimentos técnicos relacionados à legalidade da matéria. Afirmou que, havendo concordância dos parlamentares, a reunião poderia ser marcada ainda para aquela semana, na quarta-feira, a fim de que houvesse tempo hábil para oficializar tanto um representante do Poder Executivo quanto representantes das instituições



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

financeiras do município. Destacou que não apenas o Banco do Brasil seria convidado, mas também a Caixa Econômica Federal e outras instituições bancárias da cidade. Em seguida, **o vereador Dr. Raimundo Salazar** cumprimentou a todos e relembrou que já havia solicitado à Presidência que as sessões ordinárias aproveitassem as sextas-feiras, considerando que muitos vereadores possuíam outras obrigações profissionais, já que a maioria não exercia exclusivamente a função parlamentar. Segundo ele, isso ocasionava dificuldades de participação em sessões extraordinárias realizadas em outros dias e horários. Acrescentou que, ao realizar essas reuniões nas sextas-feiras à tarde, haveria maior possibilidade de garantir *quórum*. Antes mesmo da leitura da matéria, sugeriu ainda que fossem realizadas discussões com os bancos públicos, ressaltando que o país vivia um grande escândalo financeiro relacionado ao BRD (Banco de Brasília). Ao final, agradeceu pela oportunidade de fala. **O presidente Greison** explicou que nem sempre seria possível realizar reuniões nas sextas-feiras, pois isso dependeria também da disponibilidade das pessoas e instituições que seriam oficializadas para participar dos encontros. Reforçou que, diante da solicitação dos vereadores para ouvir representantes dos bancos e membros da Prefeitura Municipal, também pretendia convidar representantes das agências bancárias da cidade. Destacou ainda a importância de organizar a reunião para a quarta-feira, caso todos os vereadores concordassem, ressaltando que o projeto tratava de uma matéria de interesse de muitas pessoas que, em alguns casos, necessitavam de acesso a recursos financeiros junto às instituições bancárias, mas acabavam impossibilitadas devido à tramitação do projeto na Casa Legislativa. Ao final, agradeceu e informou que avisaria os vereadores no grupo oficial, apenas confirmando a realização da reunião na quarta-feira, caso todos os convidados pudessem comparecer. **O vereador Eleonilson** observou que restava apenas uma semana para o encerramento do mês e destacou que, de qualquer forma, a votação do projeto ocorreria apenas no mês seguinte. Em seguida, levantou uma questão de ordem e afirmou que era importante que a Presidência analisasse a possibilidade de atender ao pedido do vereador Dr. Raimundo Salazar, ressaltando o interesse e a relevância de sua participação nas discussões dos projetos e processos legislativos. O vereador destacou ainda que a situação atual do presidente da Câmara era diferente de quando ocupava apenas o cargo de vereador, pois agora, além de vereador, também exercia a função de presidente da Casa Legislativa, o que aumentava suas responsabilidades e exigia maior permanência no Legislativo. O vereador Eleonilson também ressaltou que o vereador Dr. Raimundo Salazar exercia a profissão de médico, possuía contratos junto ao Estado e prestava serviços à população, especialmente na área da saúde, contribuindo significativamente para o município. Por essa razão, afirmou que seria importante compreender as limitações de tempo do parlamentar e buscar alternativas viáveis para sua participação nas reuniões. Em seguida, destacou que as sextas-feiras já eram tradicionalmente destinadas aos trabalhos legislativos, conforme previsto no regimento interno da Casa, sendo consideradas o "dia D" das atividades parlamentares. Diante disso, sugeriu que, sempre que possível, as discussões



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
AFROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

sobre projetos de interesse do Executivo ou do Legislativo fossem realizadas nesse mesmo dia, aproveitando a própria sessão para debates e análises das matérias. Como exemplo, mencionou a possibilidade de reservar duas ou três horas antes da ordem do dia para a discussão de relatórios e projetos, seguindo posteriormente a programação normal da sessão legislativa. Por fim, o vereador Eleonilson sugeriu que, nos casos excepcionais em que houvesse reuniões específicas para tratar do projeto dos consignados nas sextas-feiras, fosse estabelecido um horário previamente acordado entre os parlamentares, propondo, por exemplo, o período entre oito e dez horas da manhã para apreciação da matéria, permitindo que, após esse horário, a ordem do dia tivesse prosseguimento normal. Ao final, afirmou que caberia à Presidência analisar essa possibilidade. **O vereador Dr. Raimundo Salazar** afirmou que a questão se tratava apenas de bom senso. Destacou que o vereador e presidente Greison Ribeiro possuía uma posição diferenciada por ser profissional liberal, exercendo suas atividades na fazenda e tendo maior flexibilidade de horários, sem a necessidade de obedecer rigorosamente a uma jornada fixa de trabalho. Citou, inclusive, que frequentemente observava publicações do presidente trabalhando em diferentes horários do dia. Em seguida, ressaltou que a situação era diferente para aqueles que possuíam contratos com instituições e precisavam cumprir horários e obrigações profissionais previamente estabelecidos. O parlamentar acrescentou ainda que havia se permitido, naquele período, ficar com menos compromissos profissionais além de um dia de trabalho em Bacabal. Entretanto, informou ter recebido recentemente uma ligação de um amigo médico, ex-prefeito de determinada cidade, convidando-o para prestar serviços médicos e integrar no comando do órgão responsável pela coordenação dos serviços médicos no Maranhão. Diante disso, afirmou que restaria pouco espaço em sua agenda além das sextas-feiras, defendendo que esse seria o melhor dia para contemplar todos os vereadores, permitindo inclusive a realização das atividades legislativas pela manhã, com pausa para almoço e retorno às quatorze horas. Finalizou afirmando que, após a aprovação da matéria, seria possível dar continuidade às discussões. Em seguida, **o presidente Greison** afirmou que compreendia a colocação do vereador Eleonilson, quando mencionava a necessidade de atender aos pedidos dos vereadores, bem como a fala do vereador Dr. Raimundo Salazar sobre a importância do bom senso. Ressaltou que a Presidência sempre procurou agir dessa forma, atendendo às necessidades dos parlamentares sempre que possível. Recordou que, em ocasião anterior, quando o vereador Dr. Raimundo encontrava-se em outra situação profissional e precisou participar remotamente de uma sessão, a Presidência autorizou sua participação. O presidente também relembrou a fala do vereador Eleonilson, que havia destacado o esforço constante da Mesa Diretora em atender às demandas individuais dos parlamentares. Destacou ainda que cada vereador possuía sua própria realidade profissional e forma de trabalho, afirmando que não havia privilégios, mas sim particularidades relacionadas às atividades de cada um. Demonstrou compreender as dificuldades do vereador Dr. Raimundo em deixar um plantão médico para participar das sessões, assim como



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

mencionou suas próprias dificuldades relacionadas às viagens e ao trabalho com caminhão, que, em algumas situações, também dificultavam sua presença. Por fim, afirmou que a Presidência continuaria buscando atender a todos os vereadores e informou que, sendo possível, a reunião seria realizada na sexta-feira, conforme já discutido anteriormente. Acrescentou ainda que havia sido sugerido que a reunião ocorresse no dia da audiência pública, aproveitando o encerramento desta para dar continuidade aos debates relacionados ao projeto. Reforçou que tudo seria conduzido com bom senso e equilíbrio em relação às necessidades dos parlamentares.

PROJETO DE LEI Nº003/2026, que regulamenta a ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do município de São Luís Gonzaga do Maranhão, Estado do Maranhão, designa funções e dá outras providências. **Autor: Poder Executivo Municipal.**

Na sequência, **o presidente Greison Ribeiro** solicitou à primeira-secretária que realizasse a leitura do Projeto de Lei nº 003/2026, de autoria do Poder Executivo Municipal. Posteriormente, o presidente informou que o vereador Dr. Raimundo Salazar havia solicitado a leitura do projeto e concedeu-lhe a palavra. **O vereador Dr. Raimundo Salazar** agradeceu a sensibilidade da vereadora Marilene Jerônimo e justificou seu pedido para realizar a leitura da matéria. Em seguida, elogiou o Projeto de Lei relacionado à Ouvidoria, destacando sua grande importância e alcance social. Segundo ele, o projeto serviria para ouvir a sociedade, os beneficiários dos serviços públicos, além de receber elogios, críticas e demandas da população, permitindo identificar aquilo que a sociedade realmente necessitava. Em seguida, **o presidente Greison** informou que o referido projeto seria **encaminhado para análise da Comissão de Saúde e da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)**. Na continuidade dos trabalhos, solicitou à primeira-secretária que realizasse a leitura do Parecer nº 11/2026, de autoria do vereador Eleonilson Nascimento Gomes, colocando-o em discussão. Por fim, informou que, a partir daquela data, todos os pareceres passariam a tramitar dessa forma.

PARECER Nº11/2026 DA EMENDA MODIFICATIVA Nº 001/2026 AO PROJETO DE LEI Nº 011/2025, que altera o art. 1º do Projeto de Lei nº 011/2025 que institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de São Luís Gonzaga do Maranhão – IPAM e dá outras providências. **Autor: Eleonilson Nascimento Gomes**

O presidente Greison informou à discussão da Emenda Modificativa nº 001/2026. **O vereador Eleonilson** cumprimentou o presidente, os demais vereadores, vereadoras e colegas parlamentares presentes. Em seguida, afirmou que gostaria de fazer uso de um direito que lhe cabia, solicitando ao mesmo tempo a compreensão da presidência, pois havia observado um erro de digitação na Emenda Modificativa nº 001/2026. Explicou que a emenda se referia ao Projeto de Lei nº 013/2025, porém, no momento da digitação, constou equivocadamente o número 011 em vez de 013. Diante disso, o parlamentar solicitou a suspensão da apreciação e votação da Emenda Modificativa nº



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMERA MUNICIPAL - SÃO LUÍS GONZAGA
MA - RUA DO - POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

001/2026, para que pudesse realizar a devida correção e reapresentá-la na sessão seguinte. Também pediu a suspensão do parecer relacionado à referida emenda. **O presidente Greison** esclareceu que o vereador Eleonilson estava solicitando a retirada de pauta do parecer referente à Emenda Modificativa nº 001/2026, relacionada ao Projeto de Lei nº 011. Em seguida, concedeu o pedido e informou que **a matéria seria retirada de pauta.**

PARECER Nº12/2026 DA EMENDA MODIFICATIVA Nº 002/2026 AO PROJETO DE LEI Nº 011/2025, que altera o caput do Art. 5º do Projeto de Lei nº 011/2025 que institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de São Luís Gonzaga do Maranhão – IPAM e dá outras providências. **Autor: Eleonilson Nascimento Gomes.**

EMENDA MODIFICATIVA Nº 002/2026 AO PROJETO DE LEI Nº 011/2025, que altera o caput do Art. 5º do Projeto de Lei nº 011/2025 que institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de São Luís Gonzaga do Maranhão – IPAM e dá outras providências. **Autor: Eleonilson Nascimento Gomes.**

O presidente Greison solicitou à primeira-secretária que realizasse a leitura do Parecer nº 012/2026, referente à Emenda Modificativa nº 002/2026 ao Projeto de Lei nº 011/2025. A vereadora Marilene realizou a leitura. O presidente Greison colocou o parecer em discussão. **O vereador Eleonilson** dirigiu-se aos parlamentares, afirmando acreditar que os colegas estivessem acompanhando a matéria e, caso desejassem, poderiam contribuir para o debate sobre a segunda aposentadoria prevista no projeto. O parlamentar explicou que o projeto estabelecia que, a partir do momento em que o servidor aderisse à nova matrícula de contribuição, teria apenas 180 dias para tomar uma decisão considerada irrevogável e irretratável. Segundo ele, isso significava que, após esse prazo, o servidor não poderia mais desistir da adesão, ficando obrigado ao pagamento das contribuições. Ele esclareceu que a emenda apresentada propunha ampliar esse prazo de 180 para 365 dias, permitindo ao servidor pelo menos um ano para refletir, analisar e decidir sobre a adesão. Durante a discussão, **a vereadora Marilene** observou que a lei não obrigava ninguém a aderir ao novo modelo, afirmando que a opção ocorreria de forma espontânea e voluntária. **O vereador Eleonilson** concordou, ressaltando que a adesão seria realmente facultativa. Explicou que o servidor poderia optar por uma segunda matrícula para melhorar sua remuneração e garantir um segundo benefício previdenciário futuro, comparando a situação ao modelo existente no INSS. Segundo o parlamentar, o município também poderia conceder esse direito, sem caráter obrigatório. No entanto, ele demonstrou preocupação com o fato de que, após o prazo previsto, o servidor não teria mais possibilidade de desistência, mesmo que mudasse de ideia posteriormente. Para Eleonilson, isso acabaria obrigando a pessoa a continuar pagando uma contribuição mesmo sem desejar. O vereador afirmou ainda que futuramente poderia ser necessária outra emenda para corrigir essa



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026
[Assinatura]

situação, caso surgissem problemas práticos decorrentes da aplicação da norma. **A vereadora Marilene** respondeu afirmando que, ao realizar a adesão, o servidor precisaria ler a lei com bastante cautela antes de tomar sua decisão. Segundo ela, ninguém assinaria o termo de adesão sem conhecimento prévio das regras, já que a própria lei deixaria explícito o caráter irrevogável da opção após determinado prazo. Ela ressaltou que muitas pessoas acabam assinando documentos sem realizar leitura adequada, mas destacou que, nesse caso, seria necessário que o servidor tivesse plena consciência das cláusulas previstas antes de aderir à nova contribuição. **O vereador Dr. Raimundo Salazar** afirmou que as leis muitas vezes possuem várias entrelinhas que dificultam a compreensão. Em seguida, dirigiu-se às vereadoras Marilene e Toinha Canuto, bem como ao vereador Eleonilson, esclarecendo que não seria beneficiário da referida lei, por pertencer a outro instituto previdenciário, vinculado ao IPM e ao IPAM de São Luís. O parlamentar afirmou que sua principal dúvida dizia respeito aos servidores que anteriormente contribuíam para o Regime Geral da Previdência Social. Segundo ele, era necessário compreender como estava sendo tratada a situação dessas contribuições e se havia, de fato, o recolhimento correto para o instituto previdenciário municipal. **A vereadora Marilene** respondeu explicando que, no caso de servidores que exerceram a mesma profissão em diferentes vínculos, seria possível unificar os períodos de contribuição. Como exemplo, citou sua própria trajetória como professora do Estado, afirmando que poderia solicitar certidões e somar o tempo contribuído anteriormente ao tempo atual no município, desde que se tratasse da mesma profissão. Segundo ela, o período contribuído no regime geral poderia ser incorporado ao tempo de contribuição no IPAM, permitindo a unificação do tempo de serviço para fins de aposentadoria. Na sequência, **o vereador Dr. Raimundo Salazar** voltou a questionar se o recolhimento previdenciário ao IPAM vinha sendo efetivamente realizado desde a criação da lei de 2019. **A vereadora Marilene** respondeu afirmando que, desde a criação do instituto, os recolhimentos passaram a ser realizados. Contudo, declarou que, em sua avaliação, o IPAM já teria "nascido falido", porque nunca teria existido sobra financeira significativa no caixa do instituto, uma vez que a arrecadação sempre era direcionada para o pagamento das obrigações previdenciárias. Ela comparou a situação ao Governo Federal, afirmando que também existe necessidade de complementação financeira para pagamento das aposentadorias. **O vereador Dr. Raimundo Salazar** afirmou então que havia recebido informação do procurador e do controlador presentes anteriormente na Câmara de que o caixa do instituto estaria zerado e haveria um déficit estimado em R\$ 256 milhões. Acrescentou ainda que, segundo relatos recebidos, outros municípios, como Açailândia, teriam iniciado seus regimes próprios com superávit financeiro considerável. Na sequência, **a vereadora Marilene** comparou a situação do IPAM ao funcionamento de um comércio, explicando que, quando as despesas superam as receitas arrecadadas, torna-se necessário complementar os valores para manter os pagamentos em dia. Segundo ela, o instituto sempre operou com arrecadação inferior ao volume de benefícios pagos. **O vereador Eliseu** interrompeu a



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29 / 05 / 2026

[Assinatura]

fala da vereadora afirmando que ela estaria equivocada. Em seguida, **o presidente Greison** também afirmou que a vereadora estaria enganada, argumentando que, no início da arrecadação previdenciária, praticamente não existiam aposentados vinculados ao sistema. Segundo ele, os valores arrecadados naquele período deveriam ter gerado saldo financeiro, mas questionou o destino desses recursos ao longo do tempo, afirmando que atualmente o instituto enfrenta uma situação considerada crítica. Contudo, reiterou que, em sua avaliação, o problema não decorre exclusivamente do atual modelo previdenciário. afirmou que é justamente nesse ponto que os órgãos competentes devem guardar os recursos dos prefeitos, ressaltando que todo prefeito que assume encontra o caixa vazio, "zerado". Em seguida, colocou a **Emenda Modificativa nº 002/2026**, de autoria do vereador Eleonilson Nascimento Gomes, em votação. A referida Emenda foi **APROVADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS**.

Posteriormente, pediu à primeira-secretária que realizasse a leitura da **Emenda Modificativa nº 004/2026** ao Projeto de Lei nº 011/2025, bem como do **Parecer nº 014/2026** referente à Emenda Modificativa nº 004/2026. A vereadora Marilene realizou a leitura do Parecer nº 013/2026, referente à Emenda Modificativa nº 003/2026 ao Projeto de Lei nº 011/2025, explicando que, naquele momento, seria feita a leitura do parecer da comissão que analisou a matéria e chegou à sua conclusão. Informou ainda que posteriormente traria cópia do documento para melhor compreensão. Na conclusão do parecer, a **Comissão de Constituição e Justiça optou pela rejeição da Emenda Modificativa nº 003/2026**, votando favoravelmente à rejeição o vereador Francisco Eraldo e a vereadora relatora Antônia Hermenegilda Canuto, enquanto o vereador Rafael Luna Dantas votou de forma contrária. Em seguida, foram apresentados os fundamentos da rejeição. Durante a leitura, houve esclarecimentos em plenário sobre o teor da votação. Foi explicado que os vereadores Eraldo e Antônia votaram favoravelmente à rejeição do parecer, e que ainda não se tratava da votação da emenda em si. Também foi esclarecido que existia um parecer jurídico e que, naquele momento, a comissão havia votado favoravelmente à rejeição do parecer, sendo que somente depois a emenda seria colocada em votação. Prosseguindo, foram apresentados os motivos da rejeição: "Embora houvesse pertinência temática, a matéria era de iniciativa privativa do Poder Executivo; A alteração proposta importava em aumento potencial de despesas públicas; Havia violação ao artigo 130, parágrafo 2º, alíneas A, B, C e D, do Regimento Interno; Havia afronta expressa ao artigo 130, parágrafo 7º, que veda emendas parlamentares com aumento de despesas em projetos de iniciativa exclusiva do prefeito; A alteração interferia na modelagem financeira do regime previdenciário complementar e exigia prévio estudo técnico e atuarial." Encerrando a leitura, foi informado que o parecer era datado de São Luís Gonzaga, em 13 de maio de 2026, pela Comissão de Constituição e Justiça. **O Presidente Greison** abriu a discussão do parecer e concedeu a palavra ao vereador Eleonilson. **O vereador Eleonilson** cumprimentou o presidente, os colegas



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026
[Assinatura]

vereadores e vereadoras ainda presentes no recinto da Casa. Em seguida, afirmou que as emendas eram de grande importância para atender os servidores do município, principalmente a Emenda nº 003, que, segundo ele, buscava equilíbrio financeiro para a previdência social municipal, o regime próprio IPAM. O vereador explicou que, segundo informações já apresentadas na Câmara em reuniões com o superintendente do IPAM, o jurídico do IPAM e outros advogados, atualmente o instituto não possui recursos suficientes para pagar os servidores inativos e pensionistas. Disse ainda que essa é uma discussão ampla e que sempre existe a indagação sobre o destino dos recursos do IPAM ao longo de quase 30 anos de existência. Segundo o vereador, o IPAM arrecadaria, hipoteticamente, cerca de 500 mil reais provenientes das contribuições dos servidores ativos, enquanto a folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas chegaria a aproximadamente 700 mil reais, gerando um déficit superior a 200 mil reais. Explicou que a Prefeitura realiza a contrapartida desse valor para complementar o pagamento da folha. Ressaltou que, dessa forma, não sobra nenhum valor em caixa para formação de reserva financeira do IPAM, uma vez que a Prefeitura apenas complementa o montante necessário para quitar a folha mensal. Acrescentou ainda que, segundo a legislação, a Prefeitura entra com contrapartida limitada a 6%, mas que não havia sido comprovada a existência de lei que impedisse contribuição superior a esse percentual. O vereador Eleonilson explicou que a emenda propunha aumentar o limite da contrapartida da Prefeitura de 6% para 8,5%, justamente para que, além do pagamento da folha, houvesse sobra de recursos em caixa, permitindo formação gradual de reserva financeira ao longo dos anos. Em seguida, **o presidente Greison** fez uma ponderação, afirmando que, se atualmente a complementação da folha estivesse em torno de 1,5%, por exemplo, e passasse a existir obrigatoriedade de utilização dos 6%, sobraria margem para guardar dinheiro em caixa. Contudo, observou que o vereador Eleonilson havia dito anteriormente que isso não ocorreria. Acrescentou ainda que, mesmo elevando o limite para 8,5%, continuaria existindo um teto máximo de contribuição. **O vereador Dr. Raimundo** também se manifestou, afirmando que a discussão estava ocorrendo "no escuro", pois não havia dados concretos sobre a quantidade de servidores inativos e pensionistas, nem sobre o valor arrecadado ou complementado pela Prefeitura. Defendeu que a assessoria da Câmara realizasse levantamento técnico com dados reais, para que os vereadores trabalhassem com informações concretas e não apenas com ilações. Questionou ainda sobre a legalidade da suplementação e se existia previsão legal escalonada que garantisse futura autonomia administrativa do IPAM enquanto autarquia. Retomando a palavra, **o vereador Eleonilson** afirmou que essa também era sua dúvida. Explicou que os valores mencionados anteriormente haviam sido apenas citados verbalmente pelo superintendente do IPAM, sem documentação oficial comprobatória contendo arrecadação, quantidade de servidores e valores detalhados. Segundo ele, pela explicação recebida, os 6% serviriam apenas para complementar a folha de pagamento. Ressaltou que, caso houvesse sobra em caixa após o pagamento, o entendimento seria outro. Disse



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

que elaborou a emenda justamente porque compreendia que não sobraria nenhum valor para reserva financeira do instituto. Questionou então quando o IPAM conseguiria resolver seu déficit de mais de duzentos milhões de reais se nunca sobrasse dinheiro em caixa. O vereador voltou a defender a proposta de aumento da contrapartida para 8,5%, afirmando que isso permitiria acumular recursos gradativamente ao longo dos anos. **O vereador Greison** retomou a discussão afirmando que o vereador Eleonilson se contradizia quando dizia que os 6% não gerariam sobra em caixa. Explicou novamente que, se atualmente a contribuição fosse de apenas 2%, por exemplo, e o Executivo fosse obrigado a utilizar os 6%, sobraria uma margem de 4% que poderia permanecer em caixa no IPAM. Contudo, ressaltou que o percentual de 6% representava apenas o teto máximo de contribuição permitido. Questionou ainda o que ocorreria caso os 6% não fossem suficientes para suprir a necessidade da folha de pagamento futuramente. O vereador Greison destacou também que, conforme o artigo 130 do Regimento Interno, não seria competência do Legislativo alterar matérias de natureza financeira, principalmente quando isso implicasse aumento de despesas ou redução de receitas. Citou ainda o artigo 27 e os artigos 130, 131 e 132 do Regimento Interno, argumentando que a alteração do percentual de 6% para 8,5% seria matéria de competência do Poder Executivo. Finalizando sua fala, observou que, com o aumento da expectativa de aposentadorias e mudanças já debatidas em âmbito federal no INSS, chegaria um momento em que os 6% poderiam não ser suficientes para custear a folha do IPAM. Disse ainda que isso acabaria se tornando responsabilidade do gestor atual ou de futuros gestores, que teriam de buscar soluções caso não houvesse recursos suficientes para pagamento dos aposentados e pensionistas. **O vereador Eleonilson** dirigiu-se ao presidente e ao vereador Eliseu, afirmando que, diante de todas as reuniões realizadas, ficou entendido que a lei apresentada pelo IPAM apenas consolidava aquilo que já vinha sendo feito atualmente. Segundo ele, foi dito de forma clara que a Prefeitura já contribuía com pouco mais de duzentos mil reais para complementar a folha de pagamento, o que indicaria que os 6% previstos seriam apenas suficientes para legalizar essa complementação já existente. O vereador ressaltou que, em nenhum momento, foi informado que os 6% permitiriam complementar a folha e ainda deixar recursos sobrando em caixa. Dessa forma, afirmou que cabia aos vereadores compreender que o percentual de 6% serviria apenas para formalizar o valor que a Prefeitura já repassa atualmente ao IPAM, razão pela qual foi apresentada a emenda propondo o aumento para 8,5%. Prosseguindo, o vereador Eleonilson afirmou que a proposta não seria imoral nem ilegal. Explicou que, sob a ótica jurídica, a medida encontraria amparo legal no princípio da solidariedade e no dever de preservação do equilíbrio fiscal e atuarial do município. Citou ainda o artigo 40 da Constituição Federal, destacando que a migração de servidores para o Regime de Previdência Complementar gera benefício fiscal e atuarial de longo prazo para o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais. O vereador afirmou que seria necessária essa reformulação porque os servidores não poderiam retornar para a previdência geral, já que isso aumentaria ainda



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

[Assinatura]

mais o déficit da previdência municipal, que precisaria arcar com esses custos junto ao INSS. Ressaltou também que o IPAM necessita manter recursos em caixa, ainda que em pequena quantidade, e não apenas receber valores suficientes para pagamento da folha e permanecer “no vermelho”. Reiterou que os 6% não garantiriam sobra financeira, motivo pelo qual estava sendo solicitado o aumento para 8%. **O presidente Greison** declarou concordar com a preocupação apresentada pelo vereador Eleonilson em relação aos 8,5%, mas ressaltou que a Câmara não recebeu informações detalhadas da gestão sobre qual percentual seria realmente necessário para suprir a folha de pagamento. Segundo ele, os vereadores estariam discutindo sem dados concretos, já que poderia ocorrer de os 6% serem suficientes ou até mesmo inferiores ao necessário. O presidente observou ainda que, em nenhum ponto da lei, estava previsto que haveria formação de caixa no IPAM. Ressaltou que o texto apenas estabelecia um teto máximo de contribuição para complementação da folha. **O vereador Eleonilson** interrompeu afirmando que seria necessário existir sobra financeira. Em resposta, **o presidente Greison** destacou novamente que a lei não mencionava essa finalidade e explicou que o percentual de 6% ou 8,5% não significaria obrigatoriamente que todo esse valor seria destinado mensalmente ao IPAM independentemente da necessidade da folha. Segundo ele, caso a folha exigisse apenas 3%, por exemplo, não estaria expresso na lei que o restante deveria permanecer em caixa para suprir futuramente o déficit milionário do instituto. Acrescentou ainda que, se em um ou dois anos o percentual de 6% não fosse suficiente para custear os pagamentos, o gestor teria de encaminhar nova lei à Câmara aumentando novamente o percentual para 8%, 10%, 11% ou 12%, a fim de garantir o pagamento da folha dos aposentados e pensionistas. Ressaltou ainda que, quando a população deixa de receber salários, a mobilização social acontece imediatamente. Retomando a palavra, **o vereador Eleonilson** afirmou que, diante das dúvidas existentes tanto dele quanto do presidente e dos demais vereadores, gostaria de solicitar a suspensão da discussão para que o superintendente do IPAM fosse notificado a prestar maiores esclarecimentos sobre os valores atuais, especialmente quanto aos 6% que seriam repassados pela Prefeitura. **O presidente Greison** respondeu que os vereadores precisavam agir com bom senso, ressaltando novamente que não caberia ao Legislativo alterar matéria financeira dessa natureza. Defendeu que a questão deveria ser debatida com o IPAM e com o gestor municipal, considerando inclusive a possibilidade de aumento futuro do percentual diante do crescimento do número de aposentados. Em seguida, **o vereador Eleonilson** citou novamente a Constituição Federal, afirmando que a fixação de 8,5% respeitaria o limite previsto no artigo 202, inciso III, que veda que a contribuição do ente público, na condição de patrocinador, exceda a contribuição do segurado. Destacou ainda que a Constituição seria o parâmetro jurídico que norteia a discussão. Durante o debate, o vereador Eleonilson pediu atenção dos colegas para que compreendessem corretamente a matéria discutida, afirmando que era importante que todos entendessem o tema, ainda que não houvesse unanimidade. **O vereador Eliseu** então se pronunciou afirmando que todos



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026

os vereadores possuíam responsabilidade sobre o futuro do IPAM. Disse que havia realizado alguns cálculos considerando os valores debatidos em plenário. Segundo ele, se atualmente o IPAM arrecadasse cerca de 500 mil reais e existisse déficit em torno de 700 mil reais para pagamento dos aposentados, seria necessário analisar cuidadosamente o impacto do aumento percentual proposto. Durante sua fala, houve dúvidas e interrupções quanto aos valores efetivamente arrecadados e descontados do IPAM. **O vereador Eleonilson** esclareceu que, conforme informações verbais apresentadas pelo superintendente, as contribuições de aproximadamente 600 servidores chegariam em torno de 500 mil reais, enquanto a Prefeitura complementaria cerca de 200 mil reais. Ressaltou, contudo, que essas informações nunca foram oficialmente documentadas e encaminhadas à Câmara. **O presidente Greison** observou então que não seria apenas responsabilidade da Câmara enquanto instituição, mas também dos próprios vereadores, solicitar formalmente essas informações. Acrescentou que a Câmara representa os vereadores, mas que muitas vezes não sabe especificamente quais informações cada parlamentar deseja solicitar. **O vereador Eleonilson** respondeu afirmando que os vereadores não haviam feito esse pedido formal e reforçou que a Câmara representa os parlamentares. **O presidente Greison** então explicou que, caso os vereadores desejassem, poderiam encaminhar oficialmente um pedido de informações ou ofício ao gestor municipal. **O vereador Eleonilson** reiterou a necessidade de suspensão da discussão para que o superintendente do IPAM fosse notificado a apresentar documentos contendo o total de servidores, os valores descontados, o percentual correspondente aos 6% da contrapartida da Prefeitura e esclarecimentos sobre eventual sobra financeira após o pagamento da folha. **O presidente Greison** acrescentou que também seria importante esclarecer se os 6% representariam apenas a contrapartida já realizada ou se haveria outra finalidade de apoio financeiro ao IPAM. **O vereador Eleonilson** afirmou que os 6% referiam-se claramente à contrapartida atualmente praticada pela Prefeitura e reforçou a necessidade de convocação do superintendente ou envio de ofício solicitando esclarecimentos detalhados, para que os vereadores pudessem compreender melhor a matéria antes de deliberarem definitivamente sobre ela. **O Presidente Greison** informou que o vereador Eleonilson também estava retirando o parecer de pauta, esclarecendo que seria necessário realizar a suspensão e o pedido de retirada de pauta do Parecer nº 013/2026, bem como da Emenda Modificativa nº 003/2026 ao Projeto de Lei nº 011/2025. **O pedido foi concedido.** Em seguida, solicitou à primeira-secretária que realizasse a leitura do **Parecer nº 014/2026, referente à Emenda Modificativa nº 004/2026 ao Projeto de Lei nº 011/2025.** A vereadora Marilene realizou a leitura do Parecer nº 014/2026, relacionado ao Projeto de Lei nº 011/2025, de autoria do vereador Eleonilson. Ao apresentar a conclusão do parecer, informou que a **Comissão de Constituição e Justiça opinava pela constitucionalidade, legalidade e regular tramitação da Emenda Modificativa nº 004/2026**, pelos seguintes fundamentos: Havia pertinência temática com o projeto principal;



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29 / 05 / 2026

Assento

Não havia aumento de despesa pública; Não ocorria alteração da estrutura financeira ou atuarial do regime; Não havia violação ao artigo 130, parágrafo 7º, do Regimento Interno; A emenda representava aperfeiçoamento da governança e da representatividade institucional; A medida era compatível com os princípios da transparência, participação democrática e controle social. Encerrando a leitura, a vereadora informou que aquele era o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. **O presidente Greison** colocou então o Parecer nº 014/2026, de autoria do vereador Eleonilson, em discussão e, posteriormente, em votação. **O referido Parecer foi APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.**

EMENDA MODIFICATIVA Nº 004/2026 AO PROJETO DE LEI Nº 011/2025, que altera o §3º do art. 18º do Projeto de Lei nº 011/2025 que institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de São Luís Gonzaga do Maranhão – IPAM e dá outras providências. **Autor: Eleonilson Nascimento Gomes.**

Na sequência, **O presidente Greison** colocou em discussão a Emenda Modificativa nº 004/2026 ao Projeto de Lei nº 011/2025, de autoria do vereador Eleonilson. Não havendo discussão, foi colocada em votação. A Referida Emenda foi **APROVADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS.**

PARECER Nº15/2026 DA EMENDA MODIFICATIVA Nº 005/2026 AO PROJETO DE LEI Nº 011/2025, que altera o §1º do art. 13º do Projeto de Lei nº 011/2025 que institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de São Luís Gonzaga do Maranhão – IPAM e dá outras providências. **Autor: Eleonilson Nascimento Gomes.**

O presidente Greison solicitou à primeira-secretária que realizasse a leitura do Parecer nº 015/2026, referente à Emenda Modificativa nº 005/2026 ao Projeto de Lei nº 011/2025, de autoria do vereador Eleonilson Nascimento Gomes. O Presidente Greison, após a leitura da conclusão do parecer, colocou o Parecer nº 015/2026 em votação. O referido Parecer **foi APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.**

EMENDA MODIFICATIVA Nº 005/2026 AO PROJETO DE LEI Nº 011/2025, que altera o §1º do art. 13º do Projeto de Lei nº 011/2025 que institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de São Luís Gonzaga do Maranhão – IPAM e dá outras providências. **Autor: Eleonilson Nascimento Gomes.**

O Presidente colocou em discussão a Emenda Modificativa nº 005/2026 ao Projeto de Lei nº 011/2026, de autoria do vereador Eleonilson Nascimento Gomes. Não havendo discussão, colocou a emenda em votação. A referida Emenda foi **APROVADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS.**



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/05/2026
Adriano

PROJETO DE LEI Nº011/2025, que institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de São Luís Gonzaga do Maranhão – IPAM, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar e dá outras providências. **Autor: Poder Executivo Municipal.**

Na sequência, o vereador Greison colocou em discussão o Projeto de Lei nº 011/2026, de autoria do Poder Executivo Municipal. Não havendo discussão, colocou o projeto em votação. O Projeto de Lei nº 011/2026 **foi APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.**

GRANDE EXPEDIENTE

O Presidente informou que a sessão seguiria para o Grande Expediente e concedeu a palavra à vereadora Karol. **A vereadora Karol** solicitou dispensa do Grande Expediente em razão do horário avançado e do prolongamento da sessão naquele dia. **O Presidente Greison** colocou o pedido de dispensa em votação. O pedido **foi APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.** Não havendo mais nada a tratar, o presidente declarou encerrada a sessão ordinária do dia 22 de maio de 2026.

São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, 22 de maio de 2026.

Greison Ribeiro Araújo

GREISON RIBEIRO ARAÚJO

Vereador – Presidente

MARILENE DE SOUSA JERÔNIMO APOLIANO

Vereadora – 1ª Secretária

Francisco Eraldo S. de Oliveira

FRANCISCO ERAALDO SILVA DE OLIVEIRA

Vereador – Vice-Presidente

ARLETE OLIVEIRA NUNES

Vereadora – 2ª Secretária

Eliseu Araújo de Sousa

ELISEU ARAÚJO DE SOUSA

Vereador – 2º Vice-Presidente

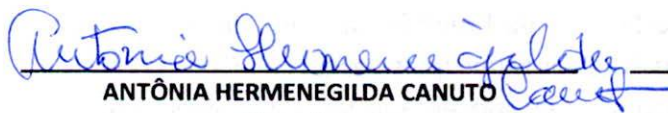
Anne Karoline da Conceição Santos

ANNE KAROLINE DA CONCEIÇÃO SANTOS

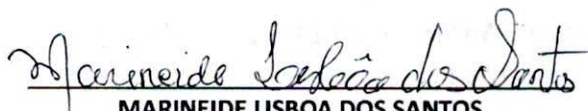
Vereadora

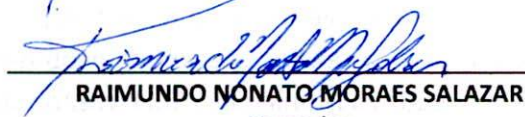


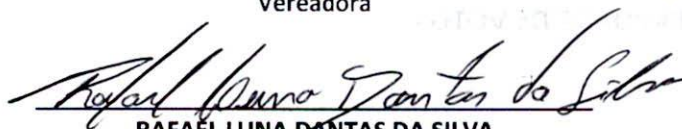
ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08


ANTÔNIA HERMENEGILDA CANUTO
Vereadora


ELEONILSON NASCIMENTO GOMES
Vereador


MARINEIDE LISBOA DOS SANTOS
Vereadora


RAIMUNDO NONATO MORAES SALAZAR
Vereador


RAFAEL LUNA DANTAS DA SILVA
Vereador